UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Felipe Luiz

Poder e história: O conceito de estratégia em Michel Foucault

Marília

2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Felipe Luiz

Poder e história: O conceito de estratégia em Michel Foucault

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências — Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia

Área de concentração: História da filosofia, Ética e Filosofia política

Linha de Pesquisa: Ética e filosofia política

Orientador: Ricardo Monteagudo

Marília

2021

L953p Luiz, Felipe
Poder e história : o conceito de estratégia em Michel Foucault /
Felipe Luiz. -- Marília, 2021
94 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Ricardo Monteagudo

1. Michel Foucault. 2. Filosofia política. 3. Filosofia da guerra. 4.
Estratégia. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

FELIPE LUIZ

PODER E HISTÓRIA: O CONCEITO DE ESTRATÉGIA EM MICHEL FOUCAULT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e ciências —Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia

Área de concentração: História da Filosofia, Ética e Filosofia Política

Linha de Pesquisa: Ética e Filosofia Política

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Doutor Ricardo Monteagudo

FFC-UNESP/Marília

Marcos Cezar Alvarez

FFLCH-USP

Silvana de Souza Ramos

FFLCH-USP

Marília/SP

2021

Dedicatória

Dedico à minha querida e amada mãe, Maria Aparecida Luiz, sem a qual eu nada seria, e a minha amiga de toda as horas, Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos (*in memoriam*).

Agradecimentos

Primeiro devo agradecer a todos os professores que passaram por minha vida, nem sempre com títulos acadêmicos, que me ensinaram tanto. Mas especialmente aos mestres que me forjaram o gosto pela leitura e pela indagação crítica

Agradeço ao movimento estudantil, sem o qual jamais teria chegado a este tema nem ao atual estágio de minhas pesquisas: “Só a luta muda a vida”.

Agradeço à permanência estudantil, que possibilita que estudantes pobres possam cursar a Universidade Pública. Nesse ínterim, impossível não citar as múltiplas gerações de estudantes da Moradia estudantil, especialmente da casa 5 (Eduardo Parra, Ronaldo, Marcelo Mazzoni, Rafael e Rodrigo Alcântara, Eduardo Facirolli, Alexandre Tuma Jr. e Waldemar Neto). Os amigos são muitos para citá-los todos; no entanto, faço referências ainda à Adriana Adão, Aline Monge, Letícia Panzetti, Guilherme Varallo, Jackson Freitas, Vinícius Rezende. De Franca, Marcela K. N. S., Iamara Nepómuceno e Karine Aleixo. De Ribeirão, Luiz Bahia Júnior e Alonso Negrão, pelas *soirées* de vinho, poesia e psicogeografia, que nada deixavam a dever a Marinetti e as *trips beatnicks*.

Agradeço a minha mãe, que me criou sozinha, com a ajuda de meu querido irmão, Thiago Luiz Chaud. A família é o esteio da vida profissional, e, neste caso, não foi diferente.

Agradeço ainda aos muitos piratas informacionais, que possibilitaram meu acesso ao conhecimento na forma de centenas de PDF's, especialmente aqueles que mantêm os sites *scribd.com* e *libgen.li*.

Por fim, agradeço ao meu paciente orientador, Ricardo Monteagudo, que, em quase quinze anos de convivência, tentou me formar em um filosofar rigoroso, pautado em seus ensinamentos.

“Ici, je dirai que Foucault qui, un jour, se proclama par défi un «optimiste heureux» fut un homme en danger et qui, sans en faire étalage, eut un sens aigu des périls auxquels nous sommes exposés, s'interrogeant pour savoir ceux qui sont les plus menaçants et ceux avec qui l'on peut temporiser. De là l'importance qu'eut pour lui la notion de stratégie”

Maurice Blanchot

RESUMO: O objetivo desse trabalho é duplo. Primeiro, estabelecer, através da leitura, fichamento e compilação das obras completas de Michel Foucault, seu conceito de estratégia, estranhamente fruto de poucos estudos. O segundo, após o estabelecimento desse conceito, aventar a possibilidade da leitura da obra do filósofo francês tendo como prisma a noção de estratégia. Em nossa pesquisa, constatamos a existência de cinco conceitos diferentes de estratégia em Foucault, os quais resumizamos em três: estratégia arqueológica, estratégia histórica e estratégia de comando. A partir, sobretudo, da noção de estratégia histórica, pretendemos fazer uma releitura de Foucault amparado nesses conceitos. Assim, dividimos a obra de Foucault em três partes: falência da estratégia, quando ele, amparado no conceito arqueológico de saber, leva seu primeiro método, a arqueologia, a seu limite, implicando em sua reversão na genealogia; a segunda, a analítica das estratégias, onde Foucault mostra como se constituiu o presente, com seus dispositivos de poder, nos marcos de uma ontologia do presente; por fim, a proposição da estratégia, onde Foucault bosqueja uma proposição ética, oferecendo saídas diante do quadro levantado anteriormente. Para tanto, primeiramente analisamos a modernidade filosófica. Na sequência damos indicações biobibliográficas da leitura de Foucault, debatendo com múltiplos comentadores. Por fim, analisamos os conceitos de estratégia tal como esboçados acima.

PALAVRAS-CHAVE: Michel Foucault. Filosofia Política. Estratégia. Filosofia da Guerra

ABSTRACT: The objective of this work is double. First, to establish, through the reading, studying and compiling of the complete works of Michel Foucault, his concept of strategy, which have been so little comment so far. The second, after the establishment of these concepts, to suggest the possibility of a lecture of the works of the French philosopher having as prism the notion of strategy. In our research, we have verified the existence of five different concepts of strategy in Foucault, which we have summarized in three: archeological strategy, historical strategy and command strategy. Having as basis the historical strategy concept, we intend to make an interpretation of Foucault. So, we divide the works of Foucault in three parts: failure of strategy, when he, based on the archeological concept, leads his first methods, the archeology, to its limits, implying his reversion in the genealogy, his second method; the second, the analytics of the strategies, where Foucault shows how the present itself is constituted, with his powers apparatus, in the marks of an ontology of the present; finally, the proposition of the strategy, where Foucault outlines an ethical proposition, offering ways face the situation previously appointed. For that, firstly we analyze the philosophical modernity. In the sequency, we give biobibliographical indications of Foucault's interpretation, debating with various commentators. In the end, we analyze the concepts of strategy as indicated above.

KEYWORDS: Michel Foucault. Political Philosophy. Strategy. Philosophy of war

Sumário

Introdução	12
0.1. Foucault, modernidade e estratégia	12
02. Sobre a noção de estratégia	16
Primeira Parte: Indicações da leitura de Foucault?	20
1.1. Introdução à exegese da obra de Foucault.....	20
1.2 Os comentadores	26
1.3 Conclusões.....	47
Segunda parte: O conceito filosófico de estratégia: estratégia histórica, estratégia de comando, estratégia arqueológica	49
2.1. Introdução: o problema da estratégia em Foucault	49
2.2. A falha: O conceito arqueológico de estratégia.....	54
2.3. Conclusões.....	67
Terceira parte: A analítica das estratégias	69
3.1. Estratégia histórica e estratégia de comando.....	69
3.2. As estratégias em ação.....	74
3.3. Conclusões.....	79

	12
Quarta parte: Uma estratégia foucaultiana?	80
4.1. Estratégia de comando e estratégia de si mesmo	80
4.2. Conclusões	85
Considerações Finais	86
Bibliografia	88

Introdução

0.1 Foucault, modernidade e estratégia

Foucault é, sem dúvida, um dos principais pensadores contemporâneos, lembrança de um tempo, hoje já findo, em que a Cidade Luz tinha grande influência mundo afora, ditando modas, exportando pensamentos e, junto a seu império colonial, decidindo os destinos do globo. Este tempo já terminado, não quer dizer que a França tenha se apequenado; é o mundo que cresceu, se tornou independente, fugindo dos velhos modelos eurocêntricos para ganhar contornos inauditos. A velha filosofia europeia hoje está acompanhada de produções e autores de todo o diâmetro do globo; africanos, subsaarianos e do Sahel, muçulmanos laicizados ou com características religiosas, chineses, japoneses, indianos; não ocorre que há até um autor da filosofia alemã atualmente que é sul-coreano? O mundo se globalizou, as velhas estruturas coloniais foram postas de lado, e um mundo novo — globalizado, multicultural, multipolar —, se enseja cada vez mais. Não que antigos problemas tenham se desfeito, como miséria, analfabetismo, desigualdade, opressão e tirania; mas novos atores entraram em cena, novos tabuleiros foram postos à baila, novas peças fazem seus movimentos. Desde o final da Segunda Guerra até meados dos anos 60, os anos gloriosos do Ocidente; desde a intrusão anglo-francesa na crise do Suez, última vez em

que os velhos inimigos se colocaram como atores realmente globais, frente às superpotências; desde o maio de 68, a contracultura e a crise do petróleo que se seguiu (e o neoliberalismo emergente), sejamos sinceros, mudanças profundas ocorreram na vida do planeta.

Mas, antes de falar das novidades, é necessário falar o que era o velho mundo. É difícil resumir em poucas linhas introdutórias o que foi a modernidade, um dos temas preferidos de Foucault. Claro, algumas palavras podem ajudar o leitor a se situar: fim do feudalismo, emergência do capitalismo, ciência experimental, expansão europeia, massacre dos povos americanos originários, escravização de africanos e asiáticos, revolução industrial, revolução francesa, surgimento do socialismo, lutas operárias. Talvez alguns nomes também sirvam como índices: Francis Bacon, Descartes, Kant, Hegel, Marx, Husserl. Familiarizados com as ciências humanas já, certamente, conseguem figurar com mais clareza.

No campo da filosofia, a modernidade se forma em torno de uma noção central, o sujeito, o *cogito* cartesiano, bem como com o método, seja o aquele cartesiano, seja a *via* baconiana. Claro, o sujeito já era debatido anteriormente, especialmente sob o signo cristão do livre-arbítrio. Mas, com Descartes, este núcleo de existência, este verdadeiro *atomos*, serve, mesmo, como axioma para a prova de Deus. A partir da subjetividade, Descartes deduz o mundo. O sujeito se torna o centro mesmo da filosofia e, as formas como o sujeito conhece e o que ele conhece vão se tornar figura cimeira dos debates, que possui como marcos Kant, e a filosofia transcendental, e Husserl com sua fenomenologia, que retoma e aprofunda as intuições cartesianas.

Foucault é encarado por muitos autores como um pensador pós-moderno ou, até mesmo, proto-pós-moderno. Significa que suas produções estão colocadas além da modernidade, apontando para elementos distintos, para um novo período ou para uma nova teoria contrapostas às teorias modernas e sua fixação no sujeito e seus correlatos, porque, *quem diz fundo, diz fim*. Se é do sujeito que devemos partir, ou, para abstrairmos um pouco mais, se é de um fundamento que devemos erigir nosso

pensamento, estamos também apontando para um *télos*, para certa finalidade na história. Foucault escrevia contra todos estes temas, contra a modernidade filosófica e histórico-social. Assim, este novo mundo que emerge certamente guarda sua marca. Podemos mesmo dizer que Foucault foi não somente um arauto, mas verdadeiro *estrategista* desta ordenação contemporânea. Isto não quer dizer que ele concorde com a ordem global tal qual está posta; mas que ele se opunha à velha, denunciou-a e militou para seu fim. Tampouco quer dizer que os desejos de Foucault se tornaram realidade; mas lampejos do que ele defendia se insinuam por toda parte.

Ao forjar seu pensamento, Foucault também engendrou ou ressignificou conceitos operativos, alguns muito famosos, como *arqueologia*, *épistème*, *genealogia*, *dispositivo*. E, como todo teórico que vira santo, como diz Nietzsche em *Ecce homo*, dicionários exegéticos de seu pensamento foram talhados. Por exemplo, o manual francês de Judith Revel (2002), que arrola alguns dos conceitos fundamentais para a compreensão do pensamento do pensador. Dentre os trinta e três verbetes por ela arrolados o de Estratégia (*Stratégie*) não pode ser contado em seu número. Outro dicionário, famoso no Brasil, mas de estirpe argentina, é o de Edgard Castro (2004); nele há a ocorrência do verbete *estratégia*, mas Castro lhe dedica poucas linhas, como se fosse um conceito marginal ou menor no conjunto dos trabalhos de Foucault. Tampouco em algumas das principais bases de dados e repositórios se encontra tratamento especial para o conceito de estratégia em Michel Foucault; o site *le foucauldien*¹ não guarda nenhuma entrada para o termo, seja em francês, espanhol, alemão ou inglês; e, para arrematar, não encontramos um trabalho que se debruce especificamente sobre o conceito de estratégia no pensamento de Foucault. Nestes marcos, há de se perguntar se o mundo inteiro o subestima, ou se, ao contrário, nós o superestimamos, dado que damos tanta importância a ele a ponto de considerá-lo central na reflexão de Foucault.

¹ www.foucauldien.net. Acessado em 20/06/2020

Para aclarar o fato, é necessária uma digressão sobre o próprio conceito de estratégia. Vulgarizado, são corriqueiras as publicações e os usos e abusos desta ideia, seja em biologia, seja em outras ciências humanas. Uma busca na internet nos conduzirá ao agradável mundo da administração de empresas nas primeiras entradas. Deleuze e Guattari fizeram notáveis observações sobre o *détournement* do conceito de “conceito”, mostrando como ele foi apropriado pelo *marketing* (DELEUZE, GUATTARI, 1997): desterritorialização? Talvez, mas os resultados nem sempre são os melhores.

0.2 Sobre a noção de estratégia

Os múltiplos e cotidianos usos do termo *estratégia* talvez nos façam esquecer de sua origem e de sua história. Como muitos outros termos científicos e filosóficos, o conceito de estratégia nos envia de volta à Grécia Antiga. Segundo Chantraine (1968), estratégia está ligada ao *strategos*, ao general; a origem do nome vem da palavra *stratia*, exército, oriunda, por sua vez, do cretense *startos*. No grego, basta se utilizar o nominativo neutro para reenviar a uma noção de pertencimento, de conjunto de coisas ligadas a certo nome, que está sendo declinado. Assim, *ta strategia*, indicaria as coisas relativas ao general, como *ta oikia* indica os afazeres do *oikos*. Seria particularmente penoso elaborar uma história completa do termo estratégia e de suas vicissitudes, visto a amplitude do assunto. Chaliand, em seu *Antologie mondiale de la stratégie* (2009), recua até a aurora da civilização para indicar como, já em inscrições funerárias de povos do Crescente fértil, se pensava as ideias básicas por trás da noção de estratégia. Neste caso, como em outro, a ideia, o significado foi precedido pelo nome que o indica. Assim, por exemplo, quando Tucídides vai dar a saber o discurso de Péricles na *ekklēsia* pouco antes do começo das tensões e batalhas da guerra do Peloponoso, quando os atenienses estão deliberando se entrarão em guerra ou não. Péricles aconselha seus concidadãos a não se deixar intimidar pelos lacedemônios e desenha os traços gerais de como a guerra deve se desenvolver, como os atenienses devem atacar e se defender. Quer dizer, ele traça uma estratégia, mas não utiliza o termo. Do mesmo modo, Xenofonte, ao descrever a fuga dos dez mil do coração da Pérsia, não utiliza o termo, embora descreva muitas batalhas.

Quando o termo estratégia se tornou corriqueiro, quando ele passou a designar o que hoje designa? Como todo conceito, ele guarda uma história própria, mas, ao menos nos tempos modernos, rastreável. Napoleão, tido como um dos maiores estrategistas de todos os tempos, não utilizava este termo, preferindo o de *grande*

tática. Foi somente com Friedrich Wilhelm Freiherr von Bülow (1755-1816), um pensador militar prussiano, que tomou parte nas Guerras Napoleônicas, que o termo se popularizou (PARET, 1986). Assim, pode-se dizer que, com Bülow, começam os modernos estudos de estratégia; mas é sobretudo Clausewitz (1780-1831), outro militar prussiano, que dará um verdadeiro impulso ao estudo da estratégia.

A literatura disponível é bastante vasta, mas possui alguns momentos fundamentais. Primeiro, o próprio Clausewitz, para quem a estratégia é a coordenação das batalhas visando os fins delimitados pela política. O âmbito da batalha é o âmbito da tática. A guerra em seu conjunto guarda relações intrínsecas com a política, visto que esta é quem determina se e com quem lutar. Neste ponto, o da determinação política última da guerra, Clausewitz pode ser aproximado de outros pensadores, como Sun Tzu, para quem a guerra é subordinada ao soberano (SUN TZU, 2008). Para Clausewitz, a batalha significa o enfrentamento de duas massas humanas, onde o objetivo de uma e outra é o desarmamento do adversário, quer dizer, torná-lo incapaz de agressão.

Liddel Hart (1895-1970), militar inglês, analisou detidamente várias campanhas ao longo da história para propor seu conceito de estratégia. De acordo com ele, Clausewitz, que se tornara verdadeiro manual das Forças Armadas mundo afora, propunha o que ele chama de *estratégia direta*: dois amassamentos humanos que buscam se aniquilar. Mas, diz Liddel Hart, a maior parte das campanhas vitoriosas na história não se deu por este tipo de estratégia, mas, sim, pela *estratégia indireta*, quer dizer, por formas de ação que buscam enfraquecer o inimigo antes de desferir o golpe final. O estudo do capitão inglês é histórico, com variadas fontes. Liddel Hart teve especial influência nos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, gozando de certo prestígio junto ao governo britânico.

O debate entre *estratégia direta* clausewitziana e *estratégia indireta* hartiana é alçado a um novo patamar pelo general francês André Beaufré (1902-1975). Para Beaufré, não existe um modelo de estratégia universalmente válido, quer dizer, um que

abarque todas as situações. A estratégia é um método de pensamento, e deve saber resolver situações diferentes. A estratégia, além disso, não é restrita ao confronto militar. Todos os recursos da Unidade Política devem ser coordenados para que se atinja os objetivos almejados. Se Liddel Hart havia introduzido a noção de *Grande estratégia* para indicar a política da guerra, Beaufre o radicaliza, fazendo com que a estratégia se torne verdadeiro assunto de estado.

Mas o que é estratégia hodiernamente? Ela é uma ciência, a ciência da ação. Por meio da estratégia, os recursos disponíveis são ajustados no tempo e no espaço visando obter determinados efeitos. Neste sentido, a estratégia é subordinada à ciência política, a qual nos instrui nas maneiras de se gerir o estado, nos informa do funcionamento das relações humanas no que tange às relações de poder. Uma ciência sobretudo operativa, a estratégia procede por meio da colocação em ação de distintos passos, quer dizer, de táticas que, concatenadas e conjugadas, vão produzir as consequências almejadas. Como se vê, a estratégia é uma ciência extremamente dependente de quem a aplica, quer dizer, do general ou do líder. Clausewitz fala das qualidades do comandante, do que ele deve possuir para saber gerenciar bem uma situação conflituosa.

Seguindo Beaufré e outros autores, como Martins (1984) e a ECEME (2011), podemos observar como o campo da estratégia esprou-se, e terminou por cobrir toda a sociedade. Sabemos que Foucault leu Clausewitz; Liddel Hart e Beaufré eram seus contemporâneos. Mas é difícil, sem ter acesso ao espólio *post-mortem*, descobrir se ele leu ou não estes últimos autores. Mais certo é trabalhar com o que possuímos.

Nos primeiros livros de Foucault, o termo estratégia está ausente. Não há nenhuma ocorrência em *Maladie mentale et personnalité*, *Histoire de la folie*, *Raymond Roussel*, *Naissance de la clinique ou Les mots et les choses*. Em *Naissance de la clinique* o termo *tática* aparece duas vezes, mas sem guardar nenhum sentido especial, sem estar particularmente marcado. Se há ocorrências de estratégia em *Archéologie do savoir*, conforme veremos, podemos querer medir se, em fato, dada a ausência do

conceito que ora nos propomos a estudar na obra precedente, haveria justificativa para tanto.

Ocorre que mudanças se processam no pensamento de Foucault ao longo de sua vida intelectual. Conceitos outrora centrais são escanteados, termos que não existiam, vem a lume, ideias são ressignificadas. Conforme Foucault foi pesquisando, o termo estratégia ganhou importância que, contra muitos comentadores, cremos ser central. Na realidade, cremos que todo o pensamento de Foucault pode ser ordenado em torno do conceito de estratégia: desde sua aparição, em um texto de 1962 (*Un si cruel savoir*), ainda sem ser noção operativa, até as reflexões foucaultianas sobre o *cuidado de si*.

Como e por quê devemos ordenar o pensamento de Foucault ao redor da noção de estratégia, qual suas aparições, qual seu sentido especial e os motivos pelos quais cremos que Revel, que não selecionou o conceito como essencial, e Castro, que lhe dispensou poucas linhas, erraram, é exatamente o que abordaremos na sequência do texto.

Na primeira parte, faremos uma revisão crítica de alguns comentadores de Foucault, com o objetivo de mostrar que há muitas formas de se o interpretar. Na segunda parte, daremos especial atenção à *Arqueologia do saber*, a fim de mostrar as limitações do método arqueológico para aquilo que, ele mesmo, se propõe. Na terceira parte, iremos expor qual o conceito de estratégia de Foucault e mostrar como sua fase genealógica se constitui em uma analítica das estratégias, objetivando mostrar que estas formam dispositivos, e que a análise dos diferentes dispositivos nos permite elaborar uma ontologia do presente. Por fim, na última parte, mostraremos como Foucault sai de uma analítica das estratégias para a proposição de uma estratégia, calcada nas antigas formas gregas da relação do sujeito consigo mesmo.

Primeira Parte: Indicações da leitura de Foucault

1.1 Introdução à exegese da obra de Foucault

A filosofia de Foucault, como sói ocorrer na produção teórica e na vida de cada qual, não é plana, lisa, retilínea. Ao contrário, rugosa, torta, cheia de desvios, de novos acontecimentos, de percalços no caminho. Não poderia ser diferente, dado o peso que Foucault, ele mesmo, dá às rupturas, às discontinuidades, um traço herdado da epistemologia francesa (MACHADO, 1988).

Nesse emaranhado de ideias, de mudanças de postura, haveria um fio condutor, um *leitmotif*, ou, ao contrário, estas torções tornam a obra diferente dela mesma talvez, até mesmo, impossibilitando que se fale em obra, senão pelo vínculo a uma mesma pessoa de carne osso, um autor, função do discurso esta tão criticada pelo próprio Foucault, dentre outros, como Deleuze (DELEUZE, GUATTARI, 1997)?

A resposta não é simples. Há variadas posições no que tange à maneira de dividir, ou não, a produção do filósofo francês. Algumas compreendem seus resultados como atravessados por uma mesma preocupação, um tema que perpassaria suas produções; nesta posição, pode-se encontrar quem compreenda a obra como profundamente unitária (tangenciando até mesmo uma unidade de método) ou quem veja fases, mas sob um substrato do mesmo. De outro lado, há quem enxergue rupturas, sejam elas temáticas sejam de método, indicando que Foucault, no fim das contas, deve ser entendido à guisa foucaultiana, isto é, descontinuamente; dentre estes últimos, pode-se encontrar quem acredite que Foucault é marcado por uma ruptura de método, seja pela emergência de novos temas (talvez fruto de sua aproximação com os

maoístas, especialmente Défert, como quer Eribon (1995), ou ainda de sua experiência política na Tunísia), ou quem creia que o primeiro método de Foucault, a arqueologia, simplesmente colapsou por sua bambeza das pernas.

Antes de expormos nossa própria posição, e de dar nossas razões para ela, tendo em vista a temática deste texto, o conceito filosófico de estratégia no teórico francês em questão, abordaremos, brevemente, estas distintas maneiras de compreender a produção de Foucault, tomando como base alguns de seus principais comentadores. Na exposição, seguiremos uma ordem cronológica, começando com textos que Foucault teve acesso em vida e que ele contribuiu para escrever, como o de Rabinow e Dreyfus; outros que ele leu, mas sobre o qual não se manifestou, como Habermas, e outros mais ainda, que já tiveram acesso à obra livresca completa, tal qual Deleuze, e autores mais contemporâneos, aos quais, além dos livros de Foucault, estavam acessíveis também os textos, palestras e artigos compilados nos *Dits et écrits*, como Diaz, Veiga-Netto, Gros e Guting. A seleção dos comentadores cobre cerca de 40 anos de debates sobre o espólio foucaultiano, de países diferentes, tais sejam EUA, Alemanha, França, Argentina, Brasil e Inglaterra. Foucault, como se sabe, morreu há muito pouco tempo e as linhas interpretativas de sua obra ainda estão se firmando. Nosso intuito é entrar nesse debate e, na medida do possível e de nossas forças, contribuir para um entendimento de sua obra.

Como antepasto, no entanto, são necessárias algumas indicações prévias. Paul-Michel Foucault (1926-1984) começa a publicar na década de 50, centralmente temas de ciências psi, e teve seu último livro publicado muito recentemente, malgrado seu desejo de que nenhuma publicação póstuma fosse empreendida. Em vida, não foi muito prolífico, tendo publicado relativamente poucos livros, às vezes, com grande espaçamento temporal. Além dos livros, uma grande fonte de análise, são seus cursos no *Collège de France*, onde ele lecionou durante quatorze anos. Há de se adicionar também as muitas entrevistas, artigos e palestras que proferiu, requisitado que era para eventos e acontecimentos mundo a fora; praticamente toda sua produção não livresca ou cursesca está compilada no famoso volume dos *Dits et écrits* (Ditos e escritos),

traduzido para o Brasil em edições temáticas, contrariamente à edição original francesa, preferencialmente cronológica.

Ao longo de sua vida teórica, Foucault teve alguns temas preferenciais de análise, como psiquiatria, psicanálise e psicologia, ciências humanas, de maneira geral, formação da modernidade, ética antiga e formação da cristandade. Em suas pesquisas, que se estenderam por trinta anos, ele se valeu de duas metodologias diferentes, a arqueologia e a genealogia, tendo como ponto de mutação entre uma e outra metodologia sua aula inaugural no Collège de France, *L'ordre du discours* (1970). Diferenças, continuidades e problemáticas serão analisados no correr de nosso escrito.

Foucault não viveu somente na França. Provinciano de Poitiers, cidade famosa por ter sido palco da batalha que impediu a entrada dos muçulmanos na Europa, Foucault vem de uma família de renomados cirurgiões, e, como o patronímico indica (Paul-Michel, sendo seu pai Paul Foucault), era esperado que seguisse a tradição familiar e se interessasse também pelo mundo da medicina. Durante a Segunda Guerra, Foucault foi estudar em Paris, e, após insucessos iniciais, conseguiu adentrar a *École Normale*, onde travou contato com Althusser, o qual lhe convenceu a filiar-se ao Partido Comunista. Em Paris, imiscuiu-se nos animados debates de então, que giravam em torno do hegelianismo, da fenomenologia (seja a fenomenologia corporal de Merleau-Ponty, seja a existencial de Heidegger e Sartre) e do marxismo, particularmente renomado após a participação central dos comunistas na derrota do nazismo, seja por meio da URSS, seja nas fileiras da Resistência francesa no *maquis*. Os primeiros textos de Foucault são marcados pela aproximação com a fenomenologia existencial. Formado em Filosofia e Psicologia, Foucault escreve uma introdução ao livro de Binswanger, um psicanalista heideggeriano, que analisa as relações entre sonho e existência. Pouco tempo depois, publica seu primeiro livro, *Maladie mentale et personnalité* (Doença mental e personalidade, 1954), texto que, pelo elogio que faz da psicologia pavloviana, Foucault mais tarde reformula sob o nome de *Maladie mentale et psychologie* (Doença mental e psicologia, 1962).

Logo, outra corrente se insinuaria como um verdadeiro terremoto no cenário intelectual francês, o estruturalismo. Foucault travou contato também com um importante historiador das religiões francês, que seria seu amigo pela vida afora, George Dumézil, e este lhe indicou para um posto diplomático na Suécia. Nas terras boreais da Escandinávia, Foucault teve acesso à famosa biblioteca Carolina Rediviva, onde estavam disponíveis importantes documentos médicos, que lhe subsidiaram a escrita de sua tese de doutorado, a *Histoire de la folie* (História da loucura, 1961). Depois de sua estadia em plagas nevadas, ele aceita outros cargos diplomáticos, que lhe levarão ao Leste europeu e à Alemanha. De retorno à França, se torna professor universitário, visita o Brasil pela primeira vez, e escreve o livro que o alçaria à fama, *Les mots et les choses* (As palavras e as coisas, 1966), alfarrábio que é aproximado pela crítica da corrente estruturalista, então no auge da fama; mais tarde, Foucault tentará se afastar desta corrente.

Na Tunísia, onde Foucault aceita lecionar, o jovem professor galo-romano tem contato com um movimento estudantil marxista radicalizado, muito distante do marxismo universitário francês e das discussões bizantinas do PCF estalinista. Antes disso, Foucault, homossexual conhece um jovem militante maoísta, Daniel Défert, que se torna seu companheiro e que pode ter influenciado o rumo que tomou seus escritos.

Na década de 60 Foucault é um escritor prolífico: *Histoire de la Folie à l'âge classique* (História da loucura na Idade clássica, 1961), *Raymond Roussel e Naissance de la clinique* (Nascimento da clínica, ambos em 1963), *Les mots et les choses* (As palavras e as coisas, 1966) e *Archéologie du savoir* (Arqueologia do saber 1969). No mesmo ano, é eleito membro do *Collège de France*, instituição mais prestigiosa do ensino superior francês. Sua aula inaugural, *L'ordre du discours* (A ordem do discurso, 1970) é vista, conforme dito, como marco de uma nova etapa de pesquisas. No começo da década de 70 Foucault dá uma guinada de 180° graus na sua vida; se na década de 60, auge de sua aproximação com o estruturalismo, chegou a ser cotado para postos no alto escalão do governo francês, então comandado pelo gaullismo, já no princípio dos anos 70, ele subitamente começa a manter uma militância junto ao

sistema carcerário do Hexágono, ao mesmo tempo em que anuncia a adoção de um novo método, a genealogia; seu próximo livro, *Surveiller et punir* (Vigiar e punir, 1975), sistematizará esse campo de análise, indicando uma reflexão do autor sobre as relações de poder. O sentido dessas reflexões será aprofundado no próximo alfarrábio, *Histoire de la sexualité I — la volonté de savoir* (História da sexualidade I — a vontade de saber, 1976), onde Foucault introduz a noção de biopolítica e anuncia mais uma série de livros sobre o mesmo tema, série esta que ele nunca concluirá. Quase dez anos depois da publicação deste último livro, Foucault, já muito debilitado pelo HIV contraído provavelmente nos EUA, em uma de suas numerosas viagens a Berkeley ou Nova Iorque, publica dois outros volumes da História da sexualidade, o volume II, *L'usage des plaisirs* (O uso dos prazeres, 1984) e o volume III, *Le souci de soi* (O cuidado de si). Em 1984, Foucault falece em Paris vítima de complicações decorrentes da AIDS. Em 1994, aparece uma compilação de tudo quanto Foucault disse e escreveu que não está nos livros; é o volume dos *Dits e écrits* (Ditos e escritos). Finalmente, em 2018, o quarto volume da História da sexualidade, *Les aveux de la chair* (As confissões da carne), vem à lume, malgrado o expresso desejo de Foucault de que não houvessem publicações póstumas. Além dos livros supracitados, Foucault publicou coletâneas menores, como o processo de um caso de parricídio na França do século XIX, *Moi, Pierre Rivière, ayant égorgé ma mère, ma sœur et mon frère* (Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão, 1973), e sua tese complementar de doutorado sobre a antropologia kantiana, dentre outros.

Como se vê, o *corpus* foucaultiano totaliza muitos milhares de páginas. Como ordenar toda a carga teórica que nelas jaz? Como sistematizar, se é possível sistematizar, as propostas e ideias do mestre francês? Os debates relativos a este objetivo colimado são interessantes e importantes, cumprindo ao pesquisador organizar o material disponível. Essa será nossa primeira tarefa: ordenar, cronologicamente que seja, alguns dos principais comentadores de Foucault, a fim de, dessa feita, munidos do anteparo crítico necessário, embrenhar-nos no deciframento do conceito de estratégia em Foucault.

Nossa seleção bibliográfica de comentadores não foi exaustiva; é muito provável que muitos bons comentadores tenham sido deixados de lado. Em nossa análise, buscamos analisar os autores em sua língua de origem, no que nem sempre fomos bem sucedidos, pela falta de acesso aos originais e pelo alto custo de aquisição, quando nossas bibliotecas não possuíam o exemplar ora necessário. Edifícios inteiros poderiam ser preenchidos somente com tudo aquilo que se escreveu sobre Foucault desde sua aparição no cenário intelectual francês, na década de 50, até sua emergência como pensador de cimeira, na década de 60, e sua consequente influência global. Pautamo-nos pela posição que dado autor ou autora defende, tomando alguns como representativos de uma ideia. Alguns livros ou artigos selecionados servem como símbolo de dada concepção — livros conhecidos, comentados e editados no mundo todo. Outros, mais regionalizados, não são por isso menos importantes. Afinal, não foi Foucault ele mesmo que tratou de uma ordem do discurso e queria, na densa noite francesa, entrar nela sub-repticiamente? Talvez reverberar autores de menor incidência seja romper uma sólida rede de mutismo que pesa sobre pensadores, por vezes, de excelente qualidade.

1.2. Os comentadores

Merleau-Ponty e Foucault, separados por um oceano teórico, talvez tenham elementos em comum, na medida em que ambos chamam a atenção para o corpo, colocando-o no centro das reflexões filosóficas. Não é de se estranhar, portanto, que Hubert Dreyfus (1929-2017), notório defensor de uma filosofia da mente centrada no corpo, tenha se interessado por ambos, e colocado o genealogista francês em perspectiva relativamente ao fenomenólogo quando escreveu um dos principais livros de comentário a Foucault, com este ainda vivo; e mais, conseguiu debater suas posições com o próprio Foucault, incluindo no trabalho um texto original deste, onde ele passa em revista sua obra até então (1982), além de uma entrevista, retomando elementos e adiantando um pouco o que estava por vir. O livro em questão denomina-se *Michel Foucault: beyond Structuralism and Hermeneutics*; foi traduzido e editado no Brasil sob o título *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*, obtendo grande repercussão junto aos doutos, escrito em parceria com Paul Rabinow (1944).

Em linhas gerais, o propósito do livro está expresso no título: mostrar como Foucault conquistou um lugar ao sol nas ciências humanas, com posições próprias, que o diferenciam tanto da hermenêutica, de autores como Gadamer e Heidegger, como, ademais, circunscreve-lo da mera redução ao estruturalismo e, até mesmo, do pós-estruturalismo, linha teórica esta a qual, mais hodiernamente, Foucault tem sido ligado de modo constante. Foucault expressaria o que os autores chamam de *Análítica interpretativa (interpretiv analytics)*, distinguindo análise de analítica, ao fundar esta última no procedimento de Kant na *Crítica da razão pura*. Salta aos olhos que os autores ignorem uma das principais correntes teóricas do mundo contemporâneo, o marxismo, ao afirmarem que o grande debate das ciências humanas de então orbitava em torno da hermenêutica e do marxismo. Rios de tinta não bastariam para demonstrar as relações que Foucault manteve com o marxismo desde seus tempos de estudante;

ele até mesmo foi militante comunista, ainda que por curto período. O marxismo é um dos principais interlocutores de Foucault (CHOAT, 2010). Não saberíamos precisar os porquês de Dreyfus e Rabinow terem adotado esta posição. Nos EUA de então, marcado pelos Panteras Negras e outros movimentos esquerdistas de inspiração marxista, eles não poderiam alegar desconhecimento, tanto mais em um momento tenso da Guerra Fria, com a invasão soviética ao Afeganistão e as guerrilhas que explodiam por toda América Latina, especialmente na parte central do subcontinente. Sua falta de cuidado frente ao papel do marxismo no pensamento de Foucault possui bases políticas — uma espécie de ressonância do macarthismo? Ou, tão-somente, não há nada além do fato que os autores realmente não consideravam relevante a influência deste sobre o pensador francês? Em ambos os casos, estariam equivocados.

Analisando Foucault, Rabinow e Dreyfus insistem no que chamam de *ilusão do discurso autônomo* para marcar um dos aspectos centrais da arqueologia, o qual não cansaremos, nós mesmos, de sublinhar. Já na *História da loucura* Foucault fala em arqueologia. O termo, como veremos, tem origem em Kant, autor o qual Foucault conhecia muito bem e ao qual, mais tarde, ele se filia em um texto escrito anonimamente para uma enciclopédia de filósofos contemporâneos, contrariando toda a audiência francesa que o enxergava como um herdeiro de Nietzsche. Ao longo da década de 60 Foucault falará de modo cada vez mais constante em arqueologia e, quando da escrita d'*As palavras e as coisas*, cujo subtítulo era “uma arqueologia das ciências humanas”, pensa em escrever uma introdução metodológica para a mesma. Convencido a aumentar esta introdução, Foucault terminará por publicá-la como livro independente sob o título de *Arqueologia do saber*. Este método se caracterizava por analisar o discurso, ou, mais exatamente, o arquivo e as formações discursivas. Mas o fazia de modo a focalizar o limite entre práticas não-discursivas e discursivas, dando ênfase a estas últimas, de modo mesmo que, n'*As palavras e as coisas*, por exemplo, a referência por acontecimentos extra-discursivos escasseia, e as ciências humanas são explicadas como fruto de um resultado puramente discursivo. Tornaremos sobre este ponto.

Para Rabinow e Dreyfus esta ilusão do discurso autônomo será, mais tarde, fruto de uma apreciação crítica de Foucault, fruto que era de uma miragem estruturalista que, quando de então, o obnubilava. Esta seria a primeira tese que defendem em seu livro. A segunda é que Foucault, malgrado os sucessivos flertes, nunca foi estruturalista, assim como também nunca foi um hermeneuta, embora possa ter sido tentado por esta via.

Foucault não seria nem estruturalista, como o aproximou o *establishment* e, mesmo, autores como Dosse, nem um pós-estruturalista. A arqueologia teria alguns pontos de contato com o estruturalismo, por exemplo, a crença nos poderes atribuídos às regras que governam o discurso, tomado como autorreferente. Esta posição esfumaria a influência que as instituições têm no discurso, e tornaria este, neste modo de entendimento, incompreensível, excluindo as preocupações sociais que seriam constantes no pensamento de Foucault posteriormente. Este tipo de problemática é que teria feito o pensador francês mudar sua posição, repensando suas ferramentas intelectuais, o que redundaria na vinda à baila da genealogia, a qual focaliza as relações entre verdade, teoria, prática e as relações dinâmicas entre instituições sociais e discursos, conduzindo Foucault a prestar atenção no corpo e nas relações deste com as ciências humanas. Para Dreyfus e Rabinow, contudo, Foucault não abandona a arqueologia:

O método arqueológico não é rejeitado, contudo. Foucault abandona somente a tentativa de realizar uma teoria um sistema de práticas de discurso governadas por regras. Enquanto técnica, a arqueologia serve a genealogia. Enquanto método de isolamento de objetos discursivos, ela serve para distanciar e desfamiliarizar os discursos sérios das ciências humanas. Isto, em troca, permite a Foucault levantar as questões genealógicas: como são utilizados os discursos? Que papel exercem eles em sociedade? (RABINOW, DREYFUS, 1983, p. XXV²)

Para os autores, na *História da loucura*, Foucault estava próximo da hermenêutica heideggeriana, na medida em que buscava mostrar como uma experiência fundamental do homem, a loucura, foi sucessivamente sobrecarregada com outros significados. Esta aproximação com a hermenêutica, que muito devia à interpretação heideggeriana do *Dasein*, foi abandonada por Foucault em *O nascimento da clínica*, onde este teria se aproximado do estruturalismo; não que ele buscasse leis universais, mas sim condições de possibilidade do aparecimento do olhar médico contemporâneo, ou, antes, deste saber que toma o homem como objeto.

Conforme dito, *As palavras e as coisas* tinha como subtítulo “*arqueologia das ciências humanas*”, enquanto que *O nascimento da clínica* ostentava o epíteto de *arqueologia do olhar médico*. Rabinow e Dreyfus consideram que, naquele livro, Foucault purifica o método utilizado neste. Trataremos das teses destes livros com mais cuidado posteriormente. Por ora basta dizer que, n’*As palavras e as coisas* Foucault propunha o que ele chama de *épistémè*. Esta seria uma estrutura de saber impensada, ou, como muitas analogias são feitas, um solo do saber a partir do qual as sociedades organizam as distintas maneiras como conhecer e o que conhecer. Foucault pensa essa *épistémè* em termos de *a priori histórico*, quer dizer, como tudo aquilo que organiza qualquer experiência possível. O pensador francês nos descreve no livro três *épistémès* na história recente do Ocidente, a Renascentista, a da Idade Clássica (séculos XVII e XVIII) e a Moderna (séculos XIX e XX). Rabinow e Dreyfus notam como Foucault não nos oferece razões para as mudanças entre uma e outra *épistémè*; elas simplesmente aparecem e desvanecem sem motivo aparente; mas, para eles, a ausência desta explicação não prejudica em nada as teses de Foucault:

Qualquer explanação colocada adiante para explicar a mudança de um período para o outro não acrescentaria nada em nosso entendimento da fundamentalmente abrupta e inesperada natureza dessas transformações (RABINOW, DREYFUS, 1983, p. 27)

Os autores cuidadosamente distinguem condições de possibilidade (*conditions of possibility*) de condições de existência (*conditions of existence*). Pela primeira,

indicam regras formais que indicariam como algo pode aparecer, e que seria estudada, por exemplo, pelo kantismo; já a segunda indicaria as condições reais, históricas, datáveis, que permitiam tal ou qual existência. Foucault rejeitaria a primeira em benefício da segunda.

Apesar disto, a arqueologia teria alguns pontos de contato com o estruturalismo, conforme dito. O primeiro seria a completa rejeição da interioridade, de uma consciência doadora de sentido, tal qual postulada por correntes diversas — desde a psicanálise, até a fenomenologia existencial, passando por linguistas e comportamentalistas wittgensteinianos. Esta recusa seria um parentesco com o movimento por trás da antropologia, do qual o estruturalismo seria apenas um reflexo. A outra similaridade seria de que tanto estruturalistas quanto Foucault estariam interessada no fato de saber se os participantes dos fenômenos que eles estudam teriam deles um sentido sério (a *serious sense*). Esta posição, própria a fenomenólogos hermeneutas e filósofos da linguagem, defende que, quando se estuda práticas linguísticas, é necessário levar em conta o ambiente, o histórico (*background*) dessas práticas compartilhadas que as tornam inteligíveis. Foucault e os estruturalistas se desfazem dessa posição, tão cara para outros.

Para a arqueologia, é impossível estudar os discursos, que Foucault cuidadosamente distingue dos atos de fala da filosofia analítica, de uma maneira individualizada. Eles devem ser tomados em conjunto, mas de forma abstraída do *background*, dos antecedentes de quem fala. As práticas discursivas são tomadas de maneira interconectada e, ao mesmo tempo, distinguidas das práticas não-discursivas. É no contexto das outras práticas discursivas que dado discurso ganha sentido. Se Rabinow e Dreyfus concordam com esta asserção de Foucault, para eles trata-se de uma conclusão estruturalista que confunde condições necessárias e condições suficientes, se tratando de um *non sequitur*. Foucault ele mesmo teria abandonado esta posição posteriormente, ao menos segundo os autores estadunidenses.

É necessário apontar que, na *Arqueologia do saber* onde, como visto, Foucault isola o campo discursivo dos demais campos sociais, ele propõe a ideia de *estratégia de formação* para indicar como, na miríade dos discursos plasmados, alguns se agrupam ou não em conjuntos maiores. Tornaremos sobre ponto. Por ora, é mister pontuar que na *Arqueologia* ele abordou estas estratégias de maneira deficiente, não tendo sido estas objeto de nenhum de seus livros prévios, como notam Rabinow e Dreyfus. Estes apontam como o conceito de estratégia ganhará peso nos livros posteriores de Foucault, transbordando o campo meramente discursivo; elas “serão mostradas como o verdadeiro elemento o qual sustenta a atividade discursiva” (RABINOW, DREYFUS, 1983, p. 78).

O capítulo essencial do livro de Rabinow e Dreyfus, ao menos em nossa leitura, é o quarto, chamado de *A falha metodológica da arqueologia*. Para os autores, Foucault quis se restringir ao estudo das regularidades discursivas, evitando uma descrição fenomenológica e, ao mesmo tempo, uma mera adesão ao estruturalismo. Mas, como a arqueologia é descritiva, ele não pode prescrever quais regras se aplicarão aos discursos a se formar. Como dizem Rabinow e Dreyfus, ela é *ad hoc*, só se aplica ao já dito. Segundo os autores, há uma tensão no pensamento de Foucault no sentido de ultrapassar os limites da arqueologia que ele mesmo formulou e nos dotar de uma teoria prescritiva, o que forçaria Foucault a se aproximar do estruturalismo, o qual, nas versões chomskiana ou straussiana, tenderia a alicerçar as regras de formação das discursividades em causas biológicas, algo que aterrorizaria Foucault. Esta tensão se poderia ser encontrada em textos de Foucault da época, especialmente n’*As Palavras e as coisas*. Como as descrições das regularidades são, ademais, totalmente restritas ao discurso ele mesmo, talvez na fronteira entre o discursivo e o não discursivo, a posição de Foucault se perde e é contraditória, segundo nossos autores.

Foucault sabe que as práticas discursivas são formativas de objetos e sujeitos. Além do mais, as regularidades que ele descreve são evidências de uma subjacente regulação sistemática. Como, naquele momento, Foucault defendia que as práticas discursivas são autônomas e determinam seu próprio contexto, ele não presta atenção

aos poderes regulatórios que dirigem estas práticas além delas mesmas, de modo que “o resultado é a estranha noção de regularidades que regulam a si mesmas” (RABINOW, DREYFUS, 1983, p. 85). Eles dizem:

O arqueologista está localizado em uma dimensão ortogonal em relação a todas as formações discursivas e seus objetos significativos, sujeitos, conceitos e estratégias e sua tentativa de descobrir a verdade. Como a fenomenologia, toda a empresa se assenta na noção de pura descrição. Mas isto soergue séries de questões insuperáveis e finais para todo aquele desejando avaliar as reivindicações da *Arqueologia do saber*. É uma pura descrição possível? Não há nenhuma interpretação envolvida na escolha das categorias descritivas? Talvez não estejamos aptos a perguntar: são estas descrições precisas ou distorcidas? Mas isto tudo não reintroduz a verdade? (RABINOW, DREYFUS, 1983, p. 85)

Segundo os autores, um mesmo gênero de questões pode ser levantado em relação ao significado. A arqueologia não se posiciona dentro de um horizonte de inteligibilidade, de modo que ele não teria que se preocupar com o significado, questão nodal da fenomenologia, da qual Foucault quis se afastar, malgrado tenha, como vimos, sido partidário ou estado muito próximo. Mas, Rabinow e Dreyfus se interrogam acerca da longitude deste afastamento. Foucault, dirão eles no correr do livro, flerta com o niilismo. Não o niilismo que Nietzsche denuncia no cristianismo, negador da carne e da materialidade; mas um niilismo que desconfia das noções mais caras ao pensamento ocidental, como verdade. Foucault, como Husserl, põe em entre parênteses (*to bracket*) estas noções para buscar avaliá-las de fora e descrever a lei de sua formação. As relações entre Foucault e a fenomenologia são discutidas por muitos autores, como Nali (2006), e o questionamento é pertinente. Foucault pretende que, mostrando a formação das verdades do passado como meramente epocais, nossa própria verdade é relativizada, e as concepções ingênuas da verdade, por exemplo a noção de *adaequatio rei et intellectus*, o que reforça o papel da interpretação. De posse dessas regras de formação, o arqueologista possuiria uma espécie de transcendental, de modo que Foucault estaria enredado nos mesmos tipos de questões que aquelas existenciais heideggerianas e os esquemas corporais de Merleau-Ponty são condições de realidade.

Dado o niilismo decorrente da arqueologia; e como o arqueólogo, estando preso em seu próprio arquivo sem poder analisá-lo, como quer Foucault, ele está impossibilitado de emitir opiniões, deixando as pessoas vagando à deriva, especialmente com as críticas que Foucault empreende a todo o projeto moderno. Ou seja, Foucault nos retira o solo o qual consideramos o mais firme, relativizando conceitos, nos impedindo de formular juízos e, *in extremis*, de agir. Nas palavras de José Carlos Bruni, Foucault causa vertigem (BRUNI, 2006).

Os autores notam que essa posição incômoda de mera descrição e de impossibilidade de ação é abandonada por Foucault. Ele introduz outra metodologia, a genealogia, para sanar dados problemas que a arqueologia postulava. Com a colocação entre parênteses dos valores acima referidos, Foucault considerava que o próprio investigador estava fora das práticas que estudava. Com a genealogia, ele abandonará este gênero de asserção para se enxergar como envolvido no processo que descreve. Mas, malgrado esta reorientação, Rabinow e Dreyfus consideram que a arqueologia ainda estará presente, subsidiando a genealogia, mas de forma subordinada. Teremos chance de averiguar a justeza dessa asserção. Para os autores, não haveria, desta forma, um pré e um pós arqueologia, mas, digamos, uma mudança de ênfase. Depois de 1968, as pesquisas de Foucault vão, progressivamente, mudando de rumo. N'A *ordem do discurso* ele anuncia algumas dessas mudanças, colocando a necessidade de não mais apenas descrever a formação dos enunciados, mas também a sua origem. Mas a arqueologia ainda é vista como fundamental e, mesmo, precedendo a genealogia.

Em *Vigiar e Punir* e n'A *vontade de saber* o genealogista é encarado de outra maneira, posto que este método é visto como precedendo a arqueologia. Trata-se de uma atividade de diagnóstico, que focalizava poder, saber e corpo em suas intersecções. Mas, dizem Rabinow e Dreyfus, a genealogia ainda cumpre um papel importante, visto que ela subjaz as continuidades e descontinuidades das práticas culturais que o genealogista isola. Foucault aponta que uma das tarefas do genealogista é destruir a perspectiva de uma busca das origens, bem como das doutrinas derivadas,

como aquelas que afirmam o progresso e o desenvolvimento, quer dizer, doutrinas teleológicas. Para o genealogista, seriam mais importantes as relações de força e as estratégias de dominação, despsicologizando, ao mesmo tempo, a genealogia, tal como concebida por Nietzsche.

Para os autores Foucault compartilha alguns pressupostos com autores como Heidegger e Ricoeur sem, no entanto, se render à hermenêutica. Se Foucault quer mostrar, por meio da combinação entre arqueologia e genealogia, nossas práticas, sua origem belicosa, ele não crê em um significado mais profundo que estaria escondido e que caberia trazer à luz. Por isso, Rabinow e Dreyfus falam que a teoria de Foucault é interpretativa, mas não hermênica.

Os autores notam uma diferença metodológica em Foucault, uma mudança no correr de seus escritos; deixam claro que esta mudança não é uma ruptura, mas uma nova orientação. Contudo, direcionam críticas muito duras à arqueologia, que a impossibilitam-na na prática: seu niilismo, sua impossibilidade em gerar valores positivos, o fato dela estar presa nos mesmos duplos que acusa no humanismo e na analítica da finitude principiada por Kant. É o caso de se perguntar se, no livro, revisto por Foucault, como Dreyfus e Rabinow afirmam no princípio, não ressoa as posições de Foucault o qual, posteriormente, tentou se dotar de uma coerência que se deve averiguar a existência. Para nós, embora admitam a continuidade e complementariedade da obra de Foucault, Rabinow e Dreyfus deixam claro que a arqueologia faliu enquanto método (é o título de um capítulo) e que, em seus labirintos, Foucault viu-se forçado a reorientar a suas pesquisas, mantendo, claro, a mesma base filosófica (que ele, mais tarde, contra todas as interpretações dominantes, identificará com Kant), mas produzindo resultados muito diferentes.

Podemos sumarizar, portanto, afirmando que para os autores há uma unidade filosófica em Foucault, mas uma diversidade metodológica. Embora afirmem que a arqueologia faliu, creem que ela seguiu válida, sendo reutilizada, em seus resultados, por Foucault, mas, agora, sob o predomínio da genealogia.

É uma posição diferente daquela que assumirá Jürgen Habermas (1929) em *O discurso filosófico da modernidade*, dedicando muitas páginas à análise de Foucault; por ora, nos contentaremos em apontar as questões relativa à compreensão da obra de Foucault *in toto*. Habermas liga Foucault ao pensamento romântico e à tradição de crítica da razão, que se desenvolveu na Europa desde há muito tempo. Nietzsche, Bataille, Bachelard, Lévi-Strauss seriam as inspirações de Foucault para a composição de sua filosofia. Para Habermas a crítica de Foucault à razão, contida na *História da loucura*, que supunha um tipo de loucura mais fundamental, uma experiência da loucura que, progressivamente, foi obliterada, pode aproximar Foucault da dialética negativa de Adorno, e a crítica deste à razão instrumental.

Já em *Nascimento da clínica*, Foucault teria abandonado a perspectiva da busca por um olhar médico ou um corpo mais fundamental. O papel da arqueologia seria o de mostrar como os distintos elementos não mais se correspondem. O discurso passa a ser entendido como acontecimentos (*Ereignisse*) e elemento funcional que, aos poucos constitui um sistema. São as diferenças que indicaram o sentido do discurso, diz Habermas. Foucault tentaria escrever uma espécie de anti-história, sob influência de Nietzsche. Para Habermas há uma continuidade no pensamento de Foucault. De acordo com ele, já na *História da loucura* Foucault pesquisava as relações entre discursos e práticas. Combinando o estudo de diversos momentos (*Moment*) assimétricos, Foucault mostrava suas interações, sobre um substrato corporal. Habermas considera não sociológico o conceito foucaultiano do Social. Ao mesmo tempo, aponta que não fica clara a relação entre discursos, científicos ou não, e as práticas: se se trata de uma relação entre base e superestrutura (*Überbau*), se Foucault aborda essa relação como uma causalidade circular ou de uma interação (*Zusammenspiel*) entre estrutura e acontecimento.

Habermas enxerga uma continuidade entre os temas tratados na *História da loucura* e em *Nascimento da clínica* com aqueles depois vistos durante os estudos de Foucault sobre a disciplina. O olhar do médico percorrendo o corpo, seria o prenúncio do aparecimento das disciplinas que, segundo Foucault, como sabemos, seriam a base

de diversas instituições. Estas disciplinas, como propostas por Bentham sob a forma do panóptico, constituiriam o alicerce de inúmeras instituições contemporâneas, das quais os saberes das humanidades seriam dependentes. “A genealogia encontra de fora os monumentos arqueológicos desenterrados, para sua filiação (*Herkunft*) originada do contingente sobre e desde a fim de lutar, vencer e derrotar” (HABERMAS, 1985, p. 294).

Comentando o programa de história serial de Foucault, expresso na arqueologia do saber, diz Habermas que se trata, sobretudo, de um programa de destruição dos velhos valores do campo da história, como totalidade. A crítica de Foucault, herdando valores de Nietzsche, poderia ser considerada transcendental, mas em um sentido fraco, na medida em que ela situa a compreensão histórico-hermenêutica da circunstância do sentido enquanto objetivação de uma práxis discursiva. A arqueologia, no seu intuito de mostrar como as coisas poderiam ser diferentes, contudo não opera por conceitos transcendentais, mas coloca parênteses (*Klammern*) na autocompreensão em seu horizonte. Ela cria fronteiras entre os universos discursivos, mostrando os objetos que foram constituídos no interior de tais marcas discursivas. Para Habermas, a arqueologia de Foucault pode ser aproximada da heterologia de Bataille, diferenciando-se no fato do historicismo dos pontos de referência pré-discursivos; por exemplo, o conceito de loucura.

Sobre a genealogia, Habermas compreende que ela também faz parte do programa de destruição da história de Foucault. Ela opera por meio de eventos (*Ereignis*), sobretudo supondo que verdade e poder se entrelaçam. São precisamente as reviravoltas dessa relação que a genealogia pretenderia mostrar, se focando nos funcionamentos defeituosos do poder, em suas fraquezas, em seus erros. Tudo isso em um universo desordenado sobre e desde formações discursivas que acenam para o poder.

Foucault elabora uma crítica do poder a partir de um conceito deste tomado como transcendental histórico. Habermas enxerga Foucault dentro do mesmo projeto

de autores como Heidegger e Derrida; se estes levaram a cabo o projeto nietzscheano de crítica da razão por meio da destruição da metafísica, Foucault empreende outro caminho, o da destruição da História (*Historie*), através da colocação em cena de uma anti-ciência. Enquanto a arqueologia do saber buscava reconstruir as regras constitutivas dos discursos, em suas várias camadas, a genealogia quer mostrar as descontinuidades das maneiras como os homens interpretam o mundo, mostrando como a origem (*Herkunft*) das formações discursivas deve ser encarada como práticas de poder.

Habermas também aproxima, talvez com acerto, Foucault de Kant e do estruturalismo. O conceito de poder de Foucault deveria ser pensado junto ao sentido transcendental das capacidades sintéticas, que Kant atribuiu ao sujeito e que o estruturalismo tomou como acontecimento anônimo, isto é, como operações dirigidas por regras que constituem um sistema. O conceito de poder de Foucault seria outro nome para este construto estruturalista, assim como também seria símile ao Diferendo (*Differenz*) derridiano. Mas há nuances, visto que este poder constitutivo de discursos é produtivo, empírico e assertivo; Foucault efetuará a fusão destes dois significados diferentes, ao unificar o a priori e o transcendental em sua concepção de poder, traço que ele herdaria das filosofias de Heidegger e das proposições de Bataille.

Haveria outros paradoxos em Foucault. Primeiro, o conceito foucaultiano de poder ao mesmo tempo em que denuncia a vontade de verdade, se pretende fundador de um transcendental histórico, o qual, como se pode perceber, se pretende possivelmente verdadeiro. Outro paradoxo seria que Foucault, ao roçar muitas vezes a história do ser de Heidegger, não somente historiciza, como é também nominalista, materialista e empirista, ao mesmo tempo em que funda práticas do poder como particulares, que se opõem a todo e qualquer universal. Concomitantemente, Foucault propõe uma anti-ciência e ele produz uma escrita da história acadêmica e positivista.

Comentando as teses de *As palavras e as coisas*, Habermas aponta como Foucault enxerga em Kant uma aporia, posto que, com Kant, o sujeito do

conhecimento que se levanta dos restos da metafísica, deve ser ao mesmo tempo finito, mas ele exige poderes infinitos para resolver suas tarefas. Foucault proporia, nesta aporia, uma vontade de saber, que marcaria as modernas ciências humanas, erigidas nesse *gap* criado por Kant. O sujeito moderno, autorreferenciado, estaria preso em três duplos contraditórios: transcendental e empírico, contradição entre os atos reflexivos da consciência e o inagarrável (*Uneinholbaren*), irreflexivo; por fim, contradição entre o perfeito apriorístico de uma origem extensa (*vorausliegenden*) e o advento de um futuro de um retorno da origem.

Habermas enxerga como problemáticas as relações de Foucault com Heidegger e o estruturalismo. Mas ele vê o maior problema nas pretensões da arqueologia do saber: "Como pode essa análise dos discursos científicos, aos quais outrora famosas pesquisas pertencentes às práticas foram acrescentadas, sem a autorreferencialidade, a qual em si, para o universo das arredondadas formas do saber, põe em perigo?" (HABERMAS, 1985, p. 314). Segundo Habermas, Foucault abordou esta problemática na *Arqueologia do saber*, ao sobreordenar os discursos sobre as práticas subjacentes. A posição estruturalista é a de que é necessário estar fora dos discursos para entendê-los, posto que as regras discursivas têm bases institucionais. O discurso colocaria as condições econômicas, técnicas, sociais e política em uma rede de funcionamento que trabalha para sua própria reprodução enquanto discurso. Como não existem regras que regulamentam sua própria aplicação, Foucault termina por propor um campo discursivo que cria uma regularidade própria que se autorregula. Habermas, aqui, está seguindo Rabinow e Dreyfus, que ele mesmo cita neste trecho, como em outros. Habermas afirma que Foucault se livra deste embaraço ao submeter a arqueologia do saber a uma genealogia do poder, que coloca o saber como originário de práticas de poder.

Esta torção permite que Foucault resolva dois outros problemas. Primeiro, ele pode se desfazer de uma filosofia do sujeito, sem se render ou às teorias da história do ser (com Heidegger) ou às construções estruturalistas - ela se desfaz do discurso autônomo, ao mesmo tempo em que dos juízos epocais de uma forma de saber global.

Agora, entre os discursos e suas práticas, soerguem-se as tecnologias do poder. Mas a escrita da história genealógica e o transcendentalismo histórico de Foucault são transfigurados por ele, de modo a se tornarem irreconhecíveis.

Foucault diferencia a vontade de poder da vontade de saber, esta que teria guiado as ciências humanas. Toda sociedade seria dotada de uma política da verdade, sancionando quais discursos são válidos e quem pode falar, em um dispositivo da verdade, como Foucault aponta na *Vontade de saber*, segundo Habermas. Mas esta diferenciação não esconde que este último dispositivo é, ele mesmo, um dispositivo de poder dentre vários. O conceito de poder de Foucault teria, assim, uma origem metafísica (a ideia de vontade), ancorada em um projeto de crítica da metafísica. Ele seria ambíguo, na medida em que se presta a fazer uma análise empírica das tecnologias do poder, não se separando de uma análise funcionalista da sociologia do conhecimento; ao mesmo tempo, conserva as categorias de uma teoria constitutiva de conceitos de base.

Já na *Vontade de saber*, Foucault busca fundamentar as ciências humanas não mais em mudanças epistêmicas e em uma vontade de saber metafísica. Aqui, as ciências humanas são fruto de mudanças de ordem político-social-econômica que se processaram no ocaso do Antigo Regime, como o aparecimento da disciplina e o investimento biopolítico das populações.

Habermas segue o texto, ao qual tornaremos, mostrando as aporias que a teoria do poder de Foucault nos impõe. Por ora, basta marcar que o frankfurtiano entende que, por trás das mudanças superficiais, Foucault teria desencadeado um mesmo projeto, o de crítica à razão, de destruição da história enquanto ciência, ao mesmo tempo em que propõe, sub-repticiamente, uma ciência alternativa.

O ano de 1985 foi fértil para a crítica foucaultiana. Dois excelentes livros foram lançados naquele ano, *Foucault* de José Guilherme Merquior (1941-1991), diplomata e crítico brasileiro, que o publicou primeiramente em inglês; e *Foucault*, de Gilles Deleuze (1925-1995). São textos diversos, mas ambos se encaixam em nossas

pretensões, na medida em que elaboram uma avaliação global dos escritos de Foucault, um ano após seu falecimento. Mas a tônica é muito diferente. Deleuze é, bem ou mal, um apologista; talvez o seja com todos os filósofos e escritores aos quais dedicou livros, como Kafka, Leibniz e Kant. Já Merquior, enquanto “liberal neoiluminista” (KONDER, 1991, pp. 103-109), como ele dizia de si mesmo, é um adversário feroz de Foucault. Vejamos mais de perto esses dois livros.

Deleuze não cansou de escrever sobre como a história da filosofia pode ser um impeditivo ao pensamento, ao mesmo tempo em que se dedicou a escrever muitos livros sobre outros filósofos. Mas ele o faz de uma maneira particular, interpretando-os como se esses filósofos, no fundo, concordassem com ele próprio, Deleuze. Ele “deleuniza” os outros pensadores, em uma hermenêutica toda própria. Não poderia ser diferente em relação a Foucault. O alfarrábio sobre nosso objeto é curto, assim como será nosso comentário. Para Deleuze, a filosofia de Foucault somente pode ser compreendida à luz das proposições políticas que o mesmo empreendeu. Por exemplo, comentando a *Arqueologia do saber*, Deleuze nos brinda como uma interpretação própria, mas atada aos textos, especialmente sobre o caráter raro dos enunciados e seus tipos. Um enunciado cria um espaço próprio, ao redor do qual outros poderão se acomodar. Deleuze distingue três fatias (*tranches*) do espaço. Um espaço colateral, “associado ou adjacente, formado por outros enunciados, que fazem parte do mesmo grupo” (DELEUZE, 2004, p. 14); outra fatia dessa camada seria a do espaço correlativo, no qual “se trata do realce do enunciado não mais com outros enunciados, mas com sujeitos, seus objetos, seus conceitos” (DELEUZE, 2004, p. 16). Por fim, a terceira fatia do espaço, extrínseca: “É o espaço complementar, ou de formações discursivas (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos)” (DELEUZE, 2004, p. 19). Então, na sequência, Deleuze acrescenta: “É nesse ponto que Foucault bosqueja já a concepção de uma filosofia política” (DELEUZE, 2004, p. 19).

O enunciado é nele mesmo repetição, ainda que isto que ele repete seja outra coisa, que pode, ao contrário, lhe ser estranhamente parecido e quase idêntico. Então, o maior dos problemas para Foucault seria de saber em que

consistem essas singularidades que o enunciado supõe. Mas a arqueologia se detém aí, e não trata ainda deste problema que transborda os limites do saber. Os leitores de Foucault adivinham que se entra em um novo domínio, este do poder enquanto este se combina com o saber. São os livros seguintes que lhe explorarão (DELEUZE, 2004, p. 21)

Deleuze insiste que somente na genealogia esse gênero de problema, levantado já na arqueologia do saber, encontrará resposta. Ele chama Foucault de cartógrafo, afirmando que ele fez uma cartografia das relações de poder, através da proposição de um diagrama. Este seria uma máquina abstrata, conceito deleuziano. O diagrama nada mais seria senão a exposição, o desvelamento das relações de força em dada formação social, mostrando sua intensidade.

Para Deleuze, portanto, “o princípio geral de Foucault é: toda forma é um composto de relações de força” (DELEUZE, 2004, p. 131); Assim, segundo ele, somente com as pesquisas sobre o poder, empreendidas por Foucault na década de 1970, questões-chaves de seu pensamento podem ser entendidas.

Quanto a Merquior, é em nome dos valores iluministas que ele critica Foucault asperamente, com raras exceções. Sua verve pode ser dividida em duas partes, crítica filosófica e científica. Como por ora nos interessa mais saber seu pensamento relativamente a uma apreensão global da obra de Foucault, nos focaremos nesse gênero de proposição. Merquior toma que há unidade no pensamento de Foucault; para ele, o melhor de Foucault seria sua fase genealógica ou, outros termos, seu pós-estruturalismo, em detrimento do quase-estruturalismo da fase arqueológica. Mas a diferença não é nenhum abismo. Merquior considera que a base nietzscheana de Foucault se mantém ao longo de suas produções, embora se atenuie nas bordas: nos primeiros trabalhos e nos finais.

Foucault seria um típico e mais radical produto de 68: crítico das instituições e do poder, que vê em toda parte. Ao mesmo tempo, seria um neoanarquista, na medida em que abre mão de valores históricos do anarquismo. Este era fruto do Iluminismo, o qual Foucault não cessa de criticar. Na pena de Kropotkin, o anarquismo se orgulhava

de sua base científica. Já Foucault seria um crítico da ciência. Ao mesmo tempo em que crítica a verdade da ciência, quer dotar seus próprios trabalhos de um valor de verdade, operando como se as evidências estivessem ao seu lado, o que nem sempre é fato. Outro ponto que distinguiria Foucault do anarquismo clássico seria sua falta de propostas. Ele quer demolir a sociedade, mas, na ausência de parâmetros de verdade, de valores sobre os quais se apoiar, como mostra Habermas, segundo Merquior, Foucault constituiria a encarnação de apenas metade do dito de Bakunin sobre a destruição. Foucault seria, assim, um mestre do niilismo, destruindo as evidências, sem colocar nada em seu lugar. Foucault pode ser entendido como uma espécie de anarconiilista, demolindo ou tentando demolir nossas crenças, valores e sociedades, mas sem propor alternativas.

François Dosse (1950) escreveu uma *História do estruturalismo* em dois volumes. Obra de referência, dedica nela muitas páginas para comentar Foucault. No que nos toca, a compreensão de conjunto da obra deste, Dosse introduz a noção de *virada genealógica* (DOSSE, 1993b, p. 281), indicando uma ruptura profunda em Foucault, mediada pela *Ordem do discurso*, texto o qual expressaria um programa híbrido, mas que, ao mesmo tempo, terminou cedendo passo para somente os traços genealógicos que Foucault desenvolverá a partir de então. Não custa lembrar que Dosse subscreve Foucault ao arquipélago estruturalista, marcando proximidades e diferenças, cujo píncaro foi *As palavras e as coisas*, texto do qual Foucault teria se distanciado progressivamente. A cesura que Dosse marca, malgrado reconheça um mesmo *pathos* historiófilo, indica a existência de Foucault diferentes, estruturalista, neo-estruturalista e pós-estruturalista.

Os autores que tratamos até agora tem em comum o fato de não terem tido acesso a toda produção de Foucault. Dreyfus e Rabinow escreveram seu livro enquanto Foucault ainda estava vivo; Habermas a mesma coisa. Assim, não puderam acompanhar as últimas obras, os cursos e os *Dits et écrits*. Já Deleuze e Merquior tiveram acesso aos dois últimos volumes da *História da sexualidade*, de modo que já incorporaram estas em suas críticas ou loas, sendo por isso mais completos. Os próximos

comentadores, no entanto, puderam consultar os *Dits e écrits*; textos importantes de Foucault aparecem nessa coleção, onde o mestre francês precisa ideias e conceitos, lança novas propostas ou explica melhor suas proposições.

Esther Díaz (1939) é uma filósofa argentina com muitas obras, muitas das quais relativas ao pensamento de Foucault. Seu livro *La filosofía de Michel Foucault* faz um balanço crítico do pensador francês mais de dez anos após sua morte. Para ela, a Foucault elaborou uma ontologia histórica, dividida em três partes. Ontologia, na medida em que se ocupa dos entes, de tudo quanto se passa; e histórica, ao passo que se baseia em documentos, no cinza, poderíamos dizer. Segundo ela, a obra de Foucault pode ser dividida em três partes: arqueologia, genealogia e ética. Diz ela que

Em sua primeira etapa, a arqueológica, Foucault procura fazer uma ontologia histórica de nós mesmos em relação com a verdade através da qual nos constituímos em sujeitos de conhecimento. Em um segundo momento, o genealógico, intenta produzir uma ontologia histórica de nossos modos de sujeição em relação com o campo do poder através do qual nos constituímos em sujeitos que atuam em relação aos demais. Na terceira etapa, a ética, pretende elaborar uma ontologia histórica de nossas subjetividades em relação com os questionamentos através dos quais nos convertemos em agentes morais. Nos três períodos Foucault se ocupa das formas de subjetivação como produções históricas (DÍAZ, 1995, p. 13)

Para Díaz, arqueologia e genealogia se completam, sendo ambas relacionadas a Nietzsche, seja no método, seja nas temáticas abordadas. Ao mesmo tempo, Díaz acrescenta críticas à arqueologia. Para ela, Foucault ao mesmo tempo em que afirma que descreverá positivamente, toma partido do lado do Outro, dos marginalizados, como no caso da *História da loucura*. Para ela, “Foucault, indiretamente, desqualifica na *Arqueologia do saber* as obras de sua etapa arqueológica, pois, nesse texto, se declara imparcial” (DÍAZ, 1995, p. 175); mas, de acordo com a pesquisadora argentina, como Foucault abriu mão dessa neutralidade posteriormente, suas obras arqueológicas podem ser recuperadas e possuem brilho próprio. Mas Foucault “reconsiderou seus métodos, não declinou a análise de condições de possibilidade históricas, mas abandonou a ilusão de que seu discurso pudesse ser autônomo” (DÍAZ,

1995, p. 175-176). Ou seja, a arqueologia se debateria em algumas inconsistências, mas dentro dos marcos unitários de uma ontologia histórica.

Alfredo Veiga-Neto aborda a totalidade da obra de Foucault em seu texto *Foucault e a educação* (2007). Embora o autor brasileiro, cuja seara preferencial é o campo da educação, admita que a divisão da obra de Foucault seja polêmica, nem por isso ele se furta de nos brindar com uma proposta. No entanto, ele observa que as divisões metodológicas são confusas. Haveria elementos arqueológicos na genealogia e elementos genealógicos na arqueologia. A mera ordem cronológica tampouco nos auxiliaria a compreender melhor o tema. Basta ver que, segundo ele, a *História da loucura* está mais próxima de *Vigiar e Punir* do que de *As palavras e as coisas*, malgrado esta última lhe esteja mais próxima no tempo. Veiga-Neto anuncia que seguirá Morey, dividindo a obra em três domínios: ser-saber, ser-poder e ser-consigo. Assim, reforça o caráter ontológico dos escritos do pensador francês e pode ser aproximado da posição de Díaz, já exposta. Essa divisão segue declarações que o próprio Foucault deu, já próximo de seus dias finais, sobre sua obra. Veiga-Neto o reconhece, afirmando que

Suas pesquisas giraram em torno daquilo que ele mesmo denominou ‘os três modos de subjetivação que transformam os seres humanos em sujeitos’: a objetivação de um sujeito no campo dos saberes — que ele trabalhou no registro da arqueologia —, a objetivação de um sujeito nas práticas do poder que divide e classifica — que ele trabalhou no registro da genealogia — e a subjetivação de um indivíduo que trabalha e pensa sobre si mesmo -que ele trabalhou no registro da ética (VEIGA-NETO, 2007, p. 111)

Assim, Veiga-Neto propõe uma leitura que salienta as continuidades na obra de Foucault, marcando a complementaridade desta, sua unidade e mesmo uma espécie de algaravia metodológica, visto as fronteiras não serem muito nítidas entre as diferentes metodologias. De acordo com Veiga-Neto, haveria, além da arqueologia e da genealogia, um terceiro método em Foucault, o qual o próprio autor teria assim apresentado. Este método seria a *estratégia*, cuja função seria atar mais firmemente as relações entre arqueologia e genealogia.

Outro autor que abordaremos será Edgardo Castro. Também argentino, granjeou certa repercussão com seu *Vocabulário Foucault*, texto que nos valeremos mais a frente. Em seu breve título *Introdução a Foucault* (2014) Castro passa em revista toda a obra foucaultiana, salientando alguns pontos. Para ele, as divisões esquemáticas seriam pouco úteis. Foucault já teria abordado a questão do poder, por exemplo, na *História da loucura* ou em *O nascimento da clínica*. O que haveria seriam torções, pequenas mudanças de rumo, mas sempre recuperando temáticas já abordadas, aprofundando-se nelas ou empreendendo algumas inflexões. Castro enxerga, pois, uma continuidade no pensamento de Foucault, uma unidade, que perpassaria suas obras apesar de pequenas mudanças.

Por fim, os dois últimos autores que abordaremos, Paul Veyne (1930) e Frédéric Gros (1965). Seus livros, assim como o de Dreyfus e Rabinow, ocupam uma posição especial. Veyne foi amigo de Foucault, e escreveu um livro mais de recordações e de revisão teórica que uma crítica propriamente falando. Já Gros é um dos editores *post-mortem* de Foucault; ficou responsável, por exemplo, pelo estabelecimento do último volume da *História da sexualidade*.

Veyne, em *Foucault, seu pensamento, sua pessoa* (2009) também não enxerga distinções entre arqueologia e genealogia. Para ele, em política, Foucault foi um reformador, além de cético e nominalista. Foucault tomaria que não existem verdades transhistóricas, somente fatos, que devem ser “acontecimentalizados”. Em Foucault pode-se encontrar (...) “a constatação de que as coisas humanas são sem fundamento e ainda um cepticismo sobre as ideias gerais” (VEYNE, 2009, p. 18). Mas isso não torna o professor do *Collège de France* um relativista, visto que ele acreditava nas positivities e, ao traçar as diferentes modalidades de história que escreveu, buscava se ater à letra do dito, do documento. Foucault elaborou uma espécie de positivismo hermenêutico com esse procedimento. O mestre francês acreditava, diz Veyne, nas singularidades, que não existia nenhum universal. Seu procedimento aproxima-se de Max Weber, o procedimento dos tipos-ideais. Assim, só há singulares.

Em contrapartida, nas coisas humanas só existem e só podem existir singularidades de um momento (os prazeres, depois a carne, etc.), porque o devir da humanidade é sem fundamento, sem vocação ou dialéctica que o possam ordenar; em cada época é apenas um caos de singularidades arbitrarias, saídas da concatenação caótica precedente. A frase que acabamos de ler representa, imagino eu, o princípio do qual decorre o foucaultismo. Eis por que Foucault podia responder ao seu entrevistador que, no domínio humano, não afirmava nenhuma verdade universal: só existiam verdades de pormenor (VEYNE, 2009, p. 56)

Há verdades de fato, as pequenas verdades: o sol brilha, a erva cresce, os bovinos comem folhas. Mas, para dotar-lhes de uma “verdadeiridade universal”, é necessário o discurso, que é sempre histórico, se sucedendo ao longo do tempo. Veyne parece aproximar Foucault do kantismo, onde haveria um núcleo duro da coisa em si, inescrutável, e os distintos fenômenos, enquadrados pelo discurso. O discurso distingue-se da ideologia, na medida em que todos em uma época acreditam nele. Veyne aproxima, assim, discurso de *episteme*. As distintas problematizações de Foucault se encontrariam, assim, assentadas em seu ceticismo metodológico e na sua busca pelas pequenas verdades dos fatos e seu esforço colimado de reduzir as verdades universais às verdades específicas (arqueologia), mostrando sua origem empírica (genealogia).

Já Gros, em seu livro de introdução ao pensamento do filósofo ora estudado, chamado simplesmente *Michel Foucault* (2010), é bastante foucaultiano, no sentido de que ele se contenta em descrever, em minúcias, as fases, livros e temas de Foucault. Mas, já no final do livro, ele acrescenta que a obra de Foucault teria se mantido como uma análise das experiências (loucura, crime, sexualidade) “pensadas como essa dobra histórica entre um jogo de verdade, um jogo de poder e um jogo de relação consigo mesmo” (GROS, 2010, p. 112-113). Assim, o liame da obra de Foucault seria contar história de experiências, problematizá-las e colocá-las perspectiva.

1.3 Conclusões

Como nos orientar no rol de comentadores selecionados? Vejamos suas características. A maior parte acredita que há uma unidade em Foucault, seja pelas intenções (como a destruição da disciplina da História, caso de Habermas), seja por convicções filosóficas (seu niilismo de cátedra, caso de Merquior), seja pela unidade de procedimentos (como quer Veyne), seja ainda pela empreitada teórica que as unifica (por exemplo, a constituição de uma ontologia histórica, tal qual expõe Díaz); muitas vezes, essas distintas asserções de unidade se misturam em um mesmo autor. Dois comentadores marcam, com maior ênfase, as rupturas, Dreyfus e Rabinow, para quem a arqueologia é um projeto falho, e Dosse, que fala de uma profunda reversão na passagem da arqueologia para a genealogia; não que esses teóricos afirmem que Foucault simplesmente abandonou a arqueologia; somente salientam a ruptura com vigor mais acentuado.

Conforme dito, tentaremos nós mesmos propor outra abordagem a partir do conceito de estratégia e de seu devido papel no pensamento de Foucault. Segundo nossa intuição, a obra de Foucault poderia também ser dividida em três partes: a falência da estratégia, a analítica das estratégias e a proposição das estratégias. Essa definição, embora siga de perto a cronologia, a ultrapassa. Por exemplo, a *História da loucura* poderia ser pensada como pertencente a segunda fase, a analítica das estratégias, na medida em que ali, embora não se faça o uso do termo, se desenha claramente uma estratégia histórica de captura da loucura. Nesse sentido, a *História da loucura* e o curso *O poder psiquiátrico* se completariam, analisando um mesmo filão da realidade que poderíamos chamar de *campo*.

Por ora, trabalhemos com a hipótese de que a obra de Foucault pode ser cindida em torno do conceito de estratégia, o qual expomos na próxima parte do texto

Segunda parte: O conceito filosófico de estratégia: estratégia histórica, estratégia de comando e dispositivo

2.1. Introdução: o problema da estratégia em Foucault

Conforme dito, ao passo que os anos corriam, um novo vocabulário foi se insinuando na pena de Foucault, e um léxico todo especial, com uma pragmática e uma semântica própria. Esse vocabulário é de tipo belicoso, emprestando de áreas como ciência política e ciência militar conceitos que serviram como analisadores de outro gênero de problemáticas.

Algumas indicações podem servir para constatar esse aparecimento lexical. Na *História da loucura* (1961) não ocorre nenhuma vez o termo estratégia (*stratégie*) e a questão do poder, embora pervada o texto, está curiosamente ausente. O prefácio do texto era particularmente problemático para Foucault já que ele, ainda não completamente desgarrado da fenomenologia existencial, tão importante em seus anos de formação, parecia supor uma espécie de loucura originária, escamoteada pelas capas de práticas que sobre ela se assentaram. Há mesmo quem aponte todo o vocabulário fenomenológico na *História da loucura* (NALI, 2006), de modo que remetemos o leitor a esses textos para uma análise mais acurada. O que mais nos vale é o novo prefácio, que Foucault agregou ao livro dez anos depois, escamoteando essas relações ocultas (FOUCAULT, 1972). Nesse novo prefácio, o termo estratégia ocorre; em um texto que faz lembrar o famoso prefácio de Hegel à *Fenomenologia do espírito*, Foucault questiona o significado de um prefácio e, mais ainda, os poderes de um autor

na determinação do que deve ser feito de seu livro. Ele agrega o que espera de seu livro: que ele seja (...) “ao mesmo tempo batalha e arma, estratégia e choque” (FOUCAULT, 1972, p. 10).

O que ocorreu, nesse hiato de mais de dez anos, para que um termo ausente seja percebido como a própria finalidade do livro, entendido como arma, logo, em um contexto de disputa, perfazendo uma estratégia? Já apontamos que a primeira ocorrência do termo estratégia em Foucault se dá em um pequeno texto e que nos principais trabalhos de Foucault desse primeiro período ela está ausente. Um quadro todo diferente da produção da década de 1970, onde o termo não cessará de ocorrer.

Há um sentido especial para o conceito em Foucault, ou ele é meramente vernáculo? No livro de Dreyfus e Rabinow se incluiu um artigo do próprio Foucault, intitulado *O sujeito e o poder*, no qual Foucault nos fornece o sentido que guarda o termo em seus escritos. Vejamos:

A palavra estratégia é atualmente empregada de três modos. Primeiro, para designar os meios utilizados para atingir certo fim; é uma questão da racionalidade funcionando para atingir certo objetivo. Segundo, para designar a maneira pela qual um parceiro, em certo jogo age, com respeito ao que ele pensa que deveria ser a ação dos outros e o que ele considera que os outros pensam dele mesmo; este modo pelo qual alguém pensa possuir uma vantagem sobre os outros. Terceiro, para designar os procedimentos utilizados em uma situação de conflito para privar o oponente de seus meios de combate e para reduzi-lo a desistir da luta; é uma questão, portanto, dos meios destinados para obter a vitória. Esses três significados aparecem juntos em situações de conflito — jogos de guerra — onde o objetivo é agir sobre um adversário de tal modo a tornar a luta impossível para ele. Então, estratégia é definida pela escolha de soluções vitoriosas (FOUCAULT, 1982, p. 224-225)

Essa definição é retomada literalmente por Castro (2004) que agrega que haveria estratégias de poder e estratégias de luta. Afirma ainda que para Foucault toda relação de poder pressupõe a liberdade dos envolvidos. A definição de Castro e do próprio Foucault, no entanto, parecem incompletas. Além dos três sentidos discriminados há mais duas utilizações do termo. Claro, façamos a concessão a

Foucault, posto que ele agrega um advérbio de modo: “atualmente”. Mas Castro, enquanto comentador, deveria ter se atentado para as outras duas utilizações.

A primeira é a arqueológica. Ela ocorre, sobretudo, no livro metodológico de Foucault. A segunda é uma noção que aparece em alguns textos, como *Le jeu de Michel Foucault* (FOUCAULT, 1994c, pp. 298-329); trata-se da noção de *estratégia sem sujeito*. Totaliza-se, portanto, cinco noções de estratégia no *corpus* foucaultiano. Podemos dividi-los da seguinte forma: o conceito que ocorre no primeiro período de Foucault, fora de seu uso vernáculo, chamaremos de *estratégia arqueológica*. O conceito acima discriminado, *estratégia sem sujeito*, chamaremos de *estratégia histórica*, já se verá o por quê. Por fim, as três acepções discriminadas no trecho destacado de Foucault chamaremos de *estratégia de comando*.

Quais as razões nos levam a evitar o termo *estratégia sem sujeito*? A principal delas é sua alusão à inexistência de sujeitos envolvidos, o que não é verdade. Esse gênero de estratégia está profundamente imbricado com as concepções filosóficas de Foucault, como se pode depreender de alguns textos do mestre francês. Em meados da década de 1970, Foucault adota uma perspectiva belicosa. Seu prisma de apreensão do mundo passa a ser a pressuposição de relações de força como coextensivas ao conjunto da sociedade. Assim, ele adota uma espécie de sociologismo e de um historicismo radical: as coisas não têm essência. Elas se constituem na história em um gradil de enfrentamento. Cabe ao genealogista mostrar como o presente se tornou o que é em uma perspectiva de contenda entre as partes. Podemos cognominar essa perspectiva de *ontologia bélica*: os seres se constituem em conflito, sendo a relação que entre si estabelecem sua própria substância. Com toda razão, pode-se chamar Foucault de heraclitiano — fazemos referência ao famoso e muito comentado fragmento 53 DK. Merquior comenta essa ubiquidade do poder em Foucault, chamando-a de *cratologia*. Para o brasileiro, ela seria “insatisfatória” (MERQUIOR, 1985, p. 118).

Por ter essa perspectiva belicosa e, mesmo, antes dela, Foucault intenta se furtar de algo como uma *arché*, uma *Ursprung*, um fundamento. É nas relações que as coisas

se constituem. Assim, se desfaz de dois dos principais conceitos tomados como fundamento pelos pensadores que lhe eram coetâneos: o sujeito (e seu correlato, a consciência, com o humanismo que esta posição implica) e as relações de produção, as quais também implicavam, na forma do leninismo, o chamado aos sujeitos e à consciência de classe, na forma da vanguarda, tomada como parte mais consciente da classe. Assim, se desfazendo do sujeito, Foucault propõe grandes estratégias anônimas. Explique-se: como o devir é belicoso, devemos apreendê-lo em termos militares. Cada tomada de posição é tática. Como dos movimentos táticos se pode depreender consequências, eles possuem consequências estratégicas e, em conjunto, formam estas. Dada a belicosidade, essas estratégias não se efetivam como pensadas nos movimentos táticos; seu resultado depende de lutas efetivas. Além disso, essas estratégias muitas vezes se formam de maneira quase casual. Por estarem sujeitos envolvidos, mas não uma espécie de *gênio estrategista*, tramando o destino do *kosmos*, preferimos chamá-las de *estratégias históricas*. Elas serão nosso foco no correr do texto, e, utilizando-as como luneta, pretendemos mostrar os principais desenvolvimentos teóricos de Foucault na década de 70, onde ele, ao elaborar uma ontologia do presente, mostrou a formação da contemporaneidade em termos belicosos, enfatizando as distintas estratégias históricas que se entrelaçaram no devir a fim de encetar o mundo hodierno.

Por fim, as assim chamadas *estratégias de comando*. Nelas, há uma referência clara a sujeitos envolvidos na sua concepção e aplicação direta. O vocabulário de Foucault o aponta: atingir fins, parceiro em um jogo, privar o adversário. Nessa concepção, a questão da consciência que pensa a estratégia aflora; ela já não é pura exterioridade, como no caso das estratégias históricas, dependentes de uma correlação de forças e de resultados externos às volições dos sujeitos envolvidos. Aqui, é uma consciência que pensa os meios que adotará para atingir determinada finalidade. A questão da mente que pensa a estratégia é importante para muitos teóricos do ramo, como Clausewitz (1996) e Beaufre (1998); o primeiro trata das virtudes do comandante; o segundo define a própria estratégia como uma dialética entre as vontades adversárias. Por se tratar de uma concepção próxima ao sentido vernáculo do

termo, ligado, como se viu ao general, ao comandante de tropas, preferimos englobar essas três estratégias sob o guarda-chuva do termo *estratégia de comando*.

Estratégia arqueológica, estratégia histórica e estratégia de comando foram conceitos que apareceram em tempos diferentes da reflexão de Foucault, indicando posturas opostas. Na sequência, abordaremos a questão da estratégia arqueológica, problematizando-a a fim de mostrar que a introdução do conceito de estratégia em Foucault conduziu a arqueologia a seus limites, selando seu destino.

Cumpramos apontar o único comentador que encontramos que comenta a noção de estratégia de Foucault mais detidamente: Jacques Bidet. Marxista, ele busca mostrar em *Foucault avec Marx* (Foucault com Marx, BIDEET, 2014) como os dois pensadores não são tão diferentes assim como normalmente se coloca, opondo as produções de um e outro. Dentro do tríptico classe/raça/gênero normalmente se utiliza Marx para tratar do primeiro e Foucault para a análise dos demais. Para Bidet, os pensadores se complementam, com Foucault a preencher algumas falhas na teoria de Marx. O marxista francês entende que ambos se situam em uma tradição crítica e podem fornecer uma teoria geral da sociedade contemporânea.

Marx entendia que os capitalistas se valem de uma razão mercantil ao explorar e objetificar a classe trabalhadora. No entanto, as relações modernas de classe comportam dois níveis, o do mercado e o da organização; esta indica a existência de um poder-saber. Desta feita, a classe dominante é cindida em dois pólos, os capitalistas e os dirigentes competentes (*dirigéants-compétents*). Marx analisa estruturalmente o capitalismo; já Foucault toma como objeto de uma reflexão nominalista os dirigentes-competentes. Há lugar para ambos em um metamarxismo. Ou seja, duas vertentes, mercado e organização, analisadas respectivamente por Marx e Foucault.

Bidet distingue entre relações (*rappports*) de classe e relações (*relations*) nominalistas, de organização. A questão seria saber como é possível conciliar as duas visões. Para Bidet, dado esses dois termos em francês para indicar relações, seria plenamente possível articular relação (*rapport*) de classe e relação (*relation*) de

organização. Haveria três níveis do Estado: metaestrutural (abstratado, tal como figurado nas constituições), estrutural (enquanto estado de classe) e concreto, que surge das relações entre os níveis prévios.

A dialética assim compreendida é a forma real da relação entre realidades que nominalismo e estruturalismo apreendem de modo unilateral. É inscrevendo o nominalismo de Foucault em um quadro estrutural e metaestrutural que podemos lhe dar toda a seriedade histórica, que se concede que a singularidade do indivíduo não é também uma essência, mas uma incerteza, a qual se joga em espaços moventes, e, apesar disso, estritamente cartografados, de estruturas de classe que possuem sua dinâmica própria – ela mesma também sempre incerta (BIDET, 2014, p. 125)

Para Bidet, quando Foucault pensa o poder enquanto dispositivo, há implicações teleológicas. Quem pensa as estratégias de poder? Quem as coloca em funcionamento? Não é a mão invisível do mercado. As estratégias são resultado das táticas, que as redefinem o tempo todo. Ou seja, a tática possui grande importância; mas quem a pratica, quem a exerce, quem é o sujeito? Foucault utiliza o impessoal *on* em francês, algo como nós ou a gente ou, ainda, no reflexivo “se”. Se os grandes dispositivos de poder encontram sua possibilidade nas microrrelações, quem as exerce, quem são seus titulares?

Bidet toca em um ponto fundamental, verdadeiro nó cego das análises de Foucault. Este, querendo se livrar do sujeito cartesiano, kantiano ou fenomenológico, adota grandes estratégias sem sujeito, dando a entender que não há sujeitos envolvidos, o que pode conduzir a um naturalismo ou fatalismo. Mas, como Foucault abandona a qualquer *arché*, somente resta um lugar para se fundar a ação política, a vontade, ou seja, o sujeito. A cobra come seu rabo e volta-se ao princípio.

Em alguns textos, Foucault fala que quem luta são todos contra todos, mas ele não se aprofunda. Além disso, quem são todos? Sujeitos, instituições, forças? Enfim, se é na tática que devemos nos fiar para entender a formação das estratégias, as perguntas se somam e, ao que parece, Foucault não deixou respostas para elas.

2.2. A falha: o conceito arqueológico de estratégia

Vimos que foi em um texto de 1962 que o conceito de estratégia apareceu pela primeira vez nos escritos de Foucault. Comentando dois literatos, Crébillon e Révéroni, Foucault afirma que, em um de seus textos, a “ciência que não podemos aprender nós mesmos, posto que se trata de conhecer não a natureza, mas o arbitrário e a estratégia” (FOUCAULT, 1994a, p. 217). O uso inicial do termo é vernáculo, como se vê. Teremos que esperar até 1968 para que ocorra um conceito mais próximo de sua aparição maior, mais bem acabada, na *Arqueologia do saber*.

Mas, antes desse bosquejo de um conceito arqueológico de estratégia, o vocabulário bélico vez ou outra fazia aparições na pena de nosso autor. Em 1962 na *Introdução* que escreveu ao texto *Rousseau, juiz de Jean-Jacques*, ocorre o termo *tática*. Nesse texto Foucault (1994a) afirma que a prisão é um momento dialético, como fora um momento tático, após Rousseau ter sido expulso da Ilha de São Pedro. O pensador francês elabora uma análise da obra de Rousseau salientando seus aspectos mórbidos.

Em 1964, outra ocorrência do termo *tática*, no texto *Loucura, ausência de obra*, no qual Foucault (1994a) retoma algumas posições expressas no prefácio, suprimido em 1972, da *História da loucura*, especialmente a ideia que o título indica, de que o louco é incapaz de deixar obra, tema problematizado pelo futuro professor do *Collège de France*. Aqui, o termo *tática* aparece ligado à noção de jogo, com suas regras e artimanhas. Essa utilização de vocabulário bélico já se insinuava em *Nascimento da clínica*, onde o mesmo conceito ocorre duas vezes; na primeira, ligado à retórica, à forma como dado autor se valeu de um argumento a fim de fazê-lo triunfar. Na segunda, ao tratar da forma de aparição da doença no regime hospitalar, Foucault aponta que a doença periga, nesse regime, de ser mascarada por uma *tática* que vem perturbá-la.

Mas é em 1968 que ocorrerá repetidas vezes vocábulos aparentados à estratégia. Trata-se da resposta que Foucault (1994a) escreveu ao círculo de epistemologia, que o havia questionado a respeito d'*As palavras e as coisas*. O texto é uma prévia da *Arqueologia do saber*, com um mesmo tipo de vocabulário ocorrendo. Nele constam os termos *possibilidades estratégicas*, *campo estratégico* e *campo de possibilidades estratégicas*. Com esse léxico, Foucault indica a maneira como um discurso se forma e não outro e como eles se agrupam, sem, no entanto, querer fazer referência a algo como um fundamento do discurso, que explicaria suas junções e encaminhamentos. Essa temática será recuperada, ampliada e retificada plenamente no texto da *Arqueologia*. Analisemo-lo.

A *Arqueologia do saber* é, diz Merquior, o *Discurso do método* de Foucault (MERQUIOR, 1985, p. 76), algo do qual se pode discordar. É um livro aonde Foucault, como vimos, tenta esclarecer alguns pontos relativos aos seus trabalhos prévios, especialmente *As palavras e as coisas*, que causou verdadeiro *frisson* na França de então. Livro árido, completamente teórico, sem concessão praticamente nenhuma a fatos externos ao discurso, nele se pode encontrar uma discussão historiográfica, mas, também, como aponta Dosse, ele encaminha um debate com a filosofia analítica, além é claro de se inscrever na própria tradição continental, marcando uma postura filosófica que acompanhará Foucault ao longo da vida, como já vinha fazendo, aliás.

O livro se abre com uma discussão sobre os encaminhamentos da disciplina histórica naquele período. Como se sabe, a França era sede de uma verdadeira revolução historiográfica quando de então, a chamada escola dos *Annales*. Iniciada por historiadores como Lucien Febvre e March Bloch durante a década de 20, com antecedentes importantes na história econômica (por exemplo, Henri Pirenne), os *Annales* se caracterizavam por romper a história tradicional como vinha sendo feita, uma história que, em suas posições dominantes, era a loa de reis e de grandes fatos, ignorando ou escanteando a tessitura social de uma sociedade dada. Além disso, a História estava relativamente isolada epistemicamente, lançando poucas pontes às

disciplinas moderadamente novas, como a demografia ou a sociologia. Assim, intentava-se que a História se apoiasse em outras disciplinas em seu *métier*, ao mesmo tempo em que aumentasse seu escopo, gerando trabalhos por vezes inusitados, outros que alguns, como certos marxistas, enxergam como verdadeiro abuso. Ilustremos com um dos trabalhos mais conhecidos de Febvre, que aborda a história do Reno, verdadeira novidade historiográfica.

A escola dos *Annales* estava, quando Foucault escreve a *Arqueologia*, na sua chamada terceira geração. A primeira, sendo a de Bloch e de Febvre, inicia o movimento. A segunda, de Fernand Braudel, é caracterizada pela busca de estruturas de *long durée*; ou seja, pelas continuidades na história. Já a terceira marcava-se por uma abertura e flexibilidade epistêmica ainda maior, eternizada nos famosos estudos de história das mentalidades³. Segundo Dosse (1993), alguns historiadores dos *Annales* enxergaram em Foucault um filósofo capaz de teorizar sua prática. Outros viram a introdução do texto da *Arqueologia* como um manifesto de história serial.

Nessa introdução Foucault aponta que a História passou por mudanças epistemológicas importantes no último período. Do lado das formas tradicionais de história, como econômica, política e social, os eventos foram preteridos em benefício das estruturas; quer dizer, por baixo do formigamento dos acontecimentos, a perenidade das grandes continuidades, que não se deixam abalar tão facilmente. Mas, no campo da história das ideias, da filosofia e da ciência, ocorreu o inverso; passou-se do privilégio das grandes tematizações, como escola de pensamento ou tradição, para uma visão que privilegia as descontinuidades, como se pode ver nas obras de Bachelard e Canguilhem, e, também de Guérault, para quem vale mais a descrição da arquitetura da obra, de sua estrutura interna, que de sua escola.

Segundo ele, embora pareça haver divergências nessas duas modalidades de história, há, na verdade, uma convergência, na medida em que o que foi colocado no

³ Para dados sobre a escola dos *Annales* consultar BURKE, 1997

centro da problemática historiográfica foi o documento e sua organização. A História lida com documentos há tempos, mas, agora, ela o trata como algo a ser trabalhado, inquirido, serializado: “o documento não é o instrumento feliz de uma história que seria, ela mesma, de pleno direito memória; a história é uma certa maneira para uma sociedade de dar estatuto e elaboração à uma massa documental da qual ela não se separa” (FOUCAULT, 1996a, p. 14). A história tradicional tomava os monumentos como documentos; a nova história torna os documentos em monumentos. Se antes a arqueologia, que estuda monumentos mudos, tendia à história, hoje se pode dizer que a história tende à arqueologia, (...) “à descrição intrínseca do monumento” (FOUCAULT, 1996a, p. 15).

Para ele, o problema da história seria a constituição de séries e, destas, constituir séries de séries, ou quadros. Procedendo dessa forma, o historiador descobre estratos de talhe variado, ao mesmo tempo em que se bane a pesquisa da origem, eterna quimera dos historiadores. Com isso, faz-se com que a História deixe de ser um carrossel, sempre rodando em busca de um eixo, que centrifugaria todo o devir. Foucault considera que o conceito de descontinuidade, o qual estaria se insinuando nas produções coetâneas de História, vetaria esse tipo de historiografia. Antes, a descontinuidade, as rupturas, seriam o impensável para o profissional da História, que sempre buscava salientar as continuidades, como um filamento invisível cerraria a história na figura das continuidades, de uma mesmidade repetível. As mudanças epistemológicas que a História experimentara, teriam alçado ao primeiro plano a busca mesma por descontinuidades.

Essa verdadeira revolução epistêmica sepultara, diz Foucault, a possibilidade de uma história global, quer dizer, a ideia de encontrar uma *arché*, da qual todos os fatos se desdobrariam. Em seu lugar teria emergido a possibilidade de uma história geral, ou seja, de um quadro das distintas séries. Tal procedimento pode ser chamado de estruturalismo, diz Foucault. Ele, no entanto, não se constitui em um paradigma epistêmico importado para o campo da História, mas, sim, é fruto de preocupações autenticamente historiográficas

História e estrutura não se oporiam, portanto. O que estaria verdadeiramente em xeque seria uma forma de História ligada à concepção de um sujeito como operador de sínteses e de uma perspectiva teleológica no quadro dessa disciplina.

Vê-se que Foucault mira muitos inimigos e tenta matar vários coelhos com uma cajadada só. Primeiro, certamente ele tem em mente o marxismo. Sabe-se o quanto as concepções teleológicas são importantes no marxismo, e não estamos tratando da ação teleológica posta em prática pelo trabalho, mas de uma teleologia histórica. De Stálin (1978) a Lukács (1959), o marxismo é efusivamente teleológico, tornando o socialismo o futuro inexorável, fruto da marcha história. De acordo com Gurvitch (s.d.) esse seria um traço presença em Marx, o qual seus discípulos teriam herdado. Para ele, (...) “em Marx (...) a dialética continua a ser a marcha da humanidade para a salvação definitiva” (GURVITCH, s/d/, p. 104). No próprio fundador da tradição marxista já se notaria essa escatologia. Traço da filosofia hegeliana, sem dúvidas. Foucault também atira suas flechas contra essa corrente teórica, cremos.

Mas não só. A fenomenologia, sartreana ou não, constitui um de seus alvos. Quando ele fala da necessidade de nos desfazermos da noção do sujeito enquanto operador de sínteses, pode-se ler que é um ataque dirigido a praticamente toda a tradição ocidental desde Descartes, passando por Kant, Husserl e desembocando em um dos adversários mais imediatos de Foucault, o existencialismo de Sartre. Nos *Ditos e escritos*, Foucault não se cansa de atacar Sartre; qualifica-o como homem do século XIX, como alguém que abriu mão de filosofar, como ultrapassado, último marxista, etc (FOUCAULT, 1994a). Na figura de Sartre, ademais, se concentravam tanto a fenomenologia quanto marxismo. É destes que Foucault vinha tentando se desembaraçar. Sartre, claro, apagava a fogueira com gasolina, lançava insultos e também apodava Foucault e sua empreitada de “baluarte da burguesia” (DOSSE, 1993a). Enfim, eram tempos de polêmica.

Pode-se ler ainda a posição de Foucault como um verdadeiro distanciamento de certa filosofia francesa como ele vinha se desenhando desde o século XIX, na figura

do espiritualismo, cujo herdeiro mais brilhoso era Bergson (GUTTING, 2001). O espiritualismo, se bem deitava raízes em Descartes, ao focar no sujeito, era contendor da outra tradição francesa, a qual Foucault se vincula, a filosofia do conceito de Bachelard e Canguilhem (MACHADO, 1988). Além disso, reivindicando o estruturalismo abertamente, Foucault paga tributo a dois outros mestres, Dumézil e Althusser.

Portanto nessa introdução há todo um posicionamento intelectual muito preciso de Foucault nas encruzilhadas da filosofia francesa coetânea e de antanho. Desfazer-se da busca pela *arché*, e com isso, do sujeito, dar espessura própria ao campo do discurso, se opor a noções continuístas no âmbito da filosofia da história — eis o posicionamento teórico de Foucault nesse momento.

O primeiro procedimento do filósofo francês no corpo do texto é anular o que ele chama de unidades do discurso. Essas unidades seriam as continuidades presentes no campo discursivo. De um golpe, Foucault quer que paremos de tomar o livro, a obra, disciplinas e áreas de concentração como patentes. Para ele, são unidades fracas, que só fazem por reforçar ilusões, atabalhoando a prática do arqueologista. Caso nos desfaçamos dessas unidades, o que nos restará será o discurso tomado como acontecimento. Não se trata de mera análise linguística, já que o importante para esta seria mostrar como se podem construir enunciados a partir de determinadas regras. Seria também distinta da história do pensamento, a qual se interessa por uma espécie de clarificação do que foi dito. A análise do discurso tomado como acontecimento, ao contrário, se busca analisar as condições e *a fortiori* os motivos que levaram o enunciado-objeto a serem proferidos e não outros. Encarado dessa forma, desfaz-se a ligação entre enunciado e operador de sínteses, e o campo discursivo queda livre para que se possa descrever as relações entre os enunciados um relativamente ao outro.

Como definir a pertença de um grupo de discursos? Primeiramente (primeira hipótese), Foucault indaga-se se não seria o caso de tomá-los em relação a seu objeto. Mas, por exemplo, diz ele, se pegarmos o caso da loucura, veremos que não se trata da

mesma loucura aquela analisada nos séculos XVII e XIX com a atual, posto que há um abismo entre Esquirrol e Bleuler. Os discursos constituem seus objetos. Assim, segundo Foucault, o que pode garantir uma unidade mais segura é a descrição da lei de repartição dos objetos, ou, dito de outra forma, descrever a não identidade dos discursos sobre a loucura, sua lei de dispersão, "medir a distância que reina entre eles" (FOUCAULT, 1996a, p. 47)

Do mesmo modo (segunda hipótese), não é atendo-nos aos encadeamentos aparentes ao discurso que poderemos encontrar unidades mais seguras. Ao contrário,

O que seria necessário caracterizar e individualizar seria a coexistência desses enunciados dispersados e heterogêneos; o sistema que rege sua aparição, o apoio que eles tomam uns sobre os outros, a maneira pela qual eles se implicam ou se excluem, a transformação que eles sofrem, o jogo de sucessão, de sua disposição e sua substituição (FOUCAULT, 1996a, p. 48)

Além disso (terceira hipótese), Foucault aponta que ele não buscará a arquitetura dos conceitos gerais e abstratos que abarcariam todos os demais, em uma construção dedutiva. Trata-se, diz ele, de analisar o jogo pelo qual os discursos aparecem e se dispersam.

Devemos procurar a unidade dos discursos nas permanências temáticas (quarta hipótese)?

Erraríamos sem dúvidas ao procurar, na existência desses temas os princípios de individualização de um discurso. Não é necessário, antes, busca-lo na dispersão dos pontos de escolha que eles deixam livres? Não seriam as diferenças possibilidades que ela abre de reanimar os temas já existentes, de suscitar estratégias opostas, de dar lugar a interesses irreconciliáveis, de permitir através de um jogo de conceitos determinados que se jogue partidas diferentes? Antes que buscar a permanência dos temas de imagens e de opiniões através do tempo, antes que retrair a dialética de seus conflitos para individualizar conjuntos enunciativos, não poderíamos nos localizar antes a dispersão dos pontos de escolha, e definir antes de qualquer opinião, de qualquer preferência temática um campo de possibilidades estratégicas? (FOUCAULT, 1996a, pp. 51-52)

Aqui reaparece a noção de campos de possibilidades estratégicas, como também ocorrera no texto citado mais acima. Ela está ligada, pois, a determinação da unidade do enunciado. Após se desfazer de unidades consideradas fracas, é na própria maneira como os enunciados vão se coordenar, aliar e operar juntos que Foucault repousará o edifício arqueológico. Nele, as possibilidades estratégicas também parecem estar, até agora, desligadas de um sujeito que as conceba, o inverso do caso das estratégias de comando, e mais próximo das estratégias históricas. A unidade dos enunciados deve ser buscada no seu sistema de dispersão, no modo através do qual os discursos se desdobram em dado momento, ao constituir regularidades discursivas, isto é, uma formação discursiva, que possuem regras de formação. Estas atuam como condição de existência do discurso, bem como de sua transformação ou permuta em dada repartição discursiva.

Foucault tenta estofar a noção de regras de formação. Primeiramente, ele afirma que é necessário localizar as superfícies da emergência dos enunciados. Depois, é necessário descrever as instâncias de delimitação dos enunciados (o que os circunscreve). Por fim, analisar as grades de especificação (*grilles de spécification*): "trata-se de sistemas segundo os quais se separa, se opõe, se faz aparecer, se reagrupa, se ordena, se deriva uns dos outros as diferentes loucuras enquanto objetos do discurso psiquiátrico" (FOUCAULT, 1996a, p. 58)

Esse procedimento é insuficiente, diz Foucault, porque parece supor que os objetos são dados de antanho, e o discurso só vem os capturar. Ao mesmo tempo, apaga as relações que os discursos podem guardar entre si. Em um discurso como o psiquiátrico, as relações entre as instâncias acima delimitadas são simultâneas. Assim, a loucura nos discursos do século XIX e sua relação com a delinquência aparecem ao mesmo tempo, fazem uma emergência contígua, criando os objetos aos quais se aplica.

Os objetos são criados por uma rede densa de relações. Foucault distingue entre relações primárias ou reais, no nível das técnicas, das formas sociais, das instituições; relações segundas ou reflexivas, que tratam das coisas que os discursos assinalam; e as

relações propriamente discursivas. Elas não se sobrepõem necessariamente. Trata-se de sobressaltar a especificidade das relações propriamente discursivas. Estas relações, que não são exteriores ao discurso, (...)

Determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder trata-los, nomeá-los, analisa-los, ordená-los, explica-los, etc. Essas relações caracterizam não a língua que utiliza o discurso, não as circunstâncias nas quais ele se desenrola, mas o discurso ele mesmo enquanto prática (FOUCAULT, 1996a, p. 63)

Assim, trata-se de mostrar as regras próprias das práticas discursivas e como elas formam os objetos de que abordam, e descrever estas regras e estas práticas. O arqueologista é um descritor.

Para Foucault, o arqueologista deve questionar quem fala, isto é, quem é o sujeito autorizado a falar. Questionar o lugar de onde se fala. Questionar também a posição do sujeito que fala em relação aos outros grupos. As modalidades de enunciação não devem enviar a um operador de sínteses. Ao contrário, elas mostram uma dispersão no campo dos enunciados, a qual evita qualquer referência a um operador de sínteses, como um sujeito de tipo transcendental.

Ordenar a dispersão dos enunciados pode ser feito ao se mostrar as relações de dependência, ordem e dispersão em um campo dado dos elementos que podem valer como conceitos. Mostrar as formas de coexistência e o campo de concomitância do campo enunciativo. Há também um domínio de memória, onde se contam os conceitos já esquecidos, mas com os quais se podem estabelecer outros, de ligação, etc. Há ainda os procedimentos de intervenção, por meio dos quais discursos são reapropriados e transcritos em nova roupagem.

Após descrever esses procedimentos de identificação dos enunciados, Foucault abre um capítulo, o qual mais nos interessa, chamado “A formação das estratégias”. De saída, ele define o que ele entende por estratégia nesse momento:

Discursos como a economia, a medicina, a gramática, a ciência dos seres vivos dão lugar através de certas organizações de conceitos, a certos

reagrupamentos de objetos, a certos tipos de enunciação, que formam, segundo seu grau de coerência, de rigor e de estabilidade, temas ou teorias. Qualquer seja seu nível formal, chamaremos, convencionalmente, estratégias esses temas e essas teorias (FOUCAULT, 1996a, p. 85)

Estratégia indicaria, pois, o modo como os discursos se agrupam em temas e disciplinas. Foucault agrega que “para a análise dessas estratégias, é-me muito difícil entrar em detalhes” (FOUCAULT, 1996a, p. 86), acrescentando que em cada um dos livros prévios, a questão se assomou diferente, com dificuldades próprias. Utilizando como sinônimo de estratégia outros termos, como escolhas estratégicas e escolhas teóricas, ele afirma que “Digamos que a análise das escolhas teóricas permanece ainda em obras até um estudo anterior onde ela poderá guardar o essencial da atenção” (FOUCAULT, 1996a, p. 86). Como é sabido, esse estudo que deveria precisar o conceito de estratégia nunca veio à lume.

Embora essas dificuldades, Foucault prossegue dando indicações de pesquisa. Segundo ele, para estabelecer a formação das estratégias, é necessário se ater aos pontos de difração de um discurso (discursos divergentes pertencentes a uma mesma formação discursiva, formando uma alternativa). Uma formação discursiva não ocuparia todo o espaço que lhe é possibilitado pelos sistemas de formação de objetos, sendo, antes, lacunar — sobretudo em decorrência do sistema de formação das escolhas estratégicas.

Ao esmiuçar a questão, Foucault afirma que

A determinação das escolhas teóricas realmente efetuadas suscita também uma outra instância. Esta instância se caracteriza primeiramente pela função que deve exercer o discurso estudado em um campo de prática não discursivas (...) Esta instância comporta também o regime de processos de apropriação do discurso: pois em nossas sociedades (e em muitas outras, sem dúvida, a propriedade do discurso —entendido ao mesmo tempo como direito de falar, competência a compreender, acesso lícito e imediato ao *corpus* dos enunciados já formulados, capacidade enfim de investir esse discurso em decisões, instituições ou práticas — é reservado de fato (talvez mesmo de um modo regulamentar) a um grupo determinado de indivíduos. Enfim, esta instância se caracteriza pelas posições possíveis do desejo em relação ao discurso (FOUCAULT, 1996a, p. 90)

Ou seja, as estratégias — maneira pela qual os enunciados se agrupam em discursos e estes em conglomerados maiores, como disciplinas, temas ou ciências — apontam para o não discursivo, para as relações que se podem estabelecer entre os discursos e práticas não discursivas.

Até esse momento, Foucault vinha purificando o método arqueológico. Ele já falava de arqueologia na primeira edição da *História da loucura; O nascimento da clínica* tinha como subtítulo *uma arqueologia do olhar médico*, enquanto que *As palavras e as coisas* portava o complemento de *arqueologia das ciências humanas*. Embora essa unidade de nome, são livros muito diferentes. A *História da loucura* aborda não só a criação de uma densa rede de experiências da loucura, como aponta causas, se baseia em dados empíricos, funda a exclusão a qual teria sofrido boa parte da população parisiense, por exemplo, em motivos econômicos, como a alta do desemprego provocado pelo metalismo reinante em uma sociedade mercantilista, cujo afluxo de metais preciosos das Américas aumentava aos borbotões. Os fatos discursivos, a construção do louco no campo do saber, ocupava um papel paritário com relação a esses dados socioeconômicos.

Já em *O nascimento da clínica*, esses fatos não-discursivos, se bem ainda ocorram, são minimizados relativamente ao peso que ocupa o discursivo na construção do argumento. Se há certo imperativo social para a reforma da medicina, em um momento em que a França era sacudida pela revolução, é, sobretudo, graças a mudanças operadas pelos próprios médicos que a anatomopatologia pode emergir, e se encetar o mote de que “se abram alguns cadáveres”.

Em *As palavras e as coisas* essa tendência a minimizar o não discursivo chega aos seus píncaros. As quatrocentas páginas do livro não fazem nenhuma concessão a fatos não discursivos, à exceção de negá-los uma única vez. Já no final do livro, que trata, como o subtítulo indica, da emergência das ciências humanas no século XIX, Foucault comenta o seguinte: embora a aparição da sociologia e da psicologia, por exemplo, possam estar associadas a fatos como a necessidade de entender e operar

sobre a sociedade a fim de evitar uma repetição da revolução francesa, sua emergência é (...) “acontecimento da ordem do saber” (FOUCAULT, 1966, p. 356). É enquanto fato arqueológico, enquanto mudança operada no nível da *episteme*, espécie de pré-reflexivo do saber, que se pode explicar o surgimento das humanidades.

Essa disparidade de tratamento do campo do discurso, ora relacionado com fatores externos, ora tomado de forma ensimesmada — a ilusão do discurso autônomo, como dizem Dreyfus e Rabinow — foi comentada por Foucault em variadas intervenções após o lançamento d’*As palavras e as coisas* em 1966, seguido ao impacto do livro. Em uma entrevista de 1967, ele afirma que ele realmente descreve o discurso como uma capa autônoma, mas que se interesse nessa descrição da autonomia do discurso só vai até o ponto em que essa região nebulosa pode ser posta em relação com relações sociais, políticas. Mas, nos informa, ao pesquisar, ele teria percebido que as coisas não são simples assim, que haveria um descompasso entre o não discursivo e o discursivo, enquanto que no campo discursivo se poderia encontrar certa unidade, como se os discursos mantivessem uma solidariedade subterrânea, de modo que cumpriria a arqueologia mostrar os estratos mantidos encobertos. Foucault complementa e afirma que

De modo que nos encontramos diante dois eixos de descrição perpendiculares: o dos modelos teóricos comuns a muitos discursos, e o das relações entre domínio discursivo e domínio não discursivo. N’*As palavras e as coisas*, eu percorri o eixo horizontal, na *História da loucura* e no *Nascimento da clínica*, a dimensão vertical da figura (FOUCAULT, 1994, p. 590)

Em outra entrevista, desta vez em 1968, Foucault afirma coisas parecidas:

Em ao menos dois de meus livros, *História da loucura na Idade Clássica* e *Nascimento da clínica*, o tema central é justamente as relações que podem existir entre um saber e as condições sociais, econômicas, políticas e históricas nas quais esse saber se constitui. N’*As palavras e as coisas*, não

tratei absolutamente essa dimensão vertical, somente a dimensão horizontal, a relação entre diferentes ciências por assim dizer de mesmo nível. Trata-se de uma série de explorações que se completam, e não temos o direito de extrair um livro de toda a série. De um modo geral, o que faço é uma pesquisa muito aberta (FOUCAULT, 1994a, p. 656-657)

Essas afirmações de Foucault podem ser problematizadas. Vejamos o que dizem alguns comentadores, primeiramente. Segundo Machado (2007) a arqueologia se preocupava com o *como* dos discursos, com a forma como eles procediam, não com sua origem. O próprio Foucault não cansa de defender a arqueologia como descritiva; e se apresenta como um “positivista feliz” (FOUCAULT, 1996, p. 164), contente de não procurar origem, nem explicar causas, apenas em mostrar o que se passou; n’*As palavras e as coisas*, por exemplo, somente se constata as mudanças, sem nunca explicar suas causas. Além disso, na *Arqueologia do saber*, seu *Discurso do método*, onde ele passa em revista e sumariza seu instrumento de trabalho até então, não há menção a esses eixos verticais e horizontais. Antes, parece que Foucault, ao afirmá-los, busca dotar-se de uma legitimidade, de uma homogeneidade, como se certo planejamento prévio tivesse comandado seus passos. Foucault, desse modo, gera certa atetese em sua própria obra, como no prefácio de 1961 e em *Doença mental e personalidade*, e não deixa o discurso brilhar enquanto acontecimento.

2.3. Conclusões

Conforme o examinado, quando Foucault chega à determinação da formação das estratégias, ela fica sem palavras. Dosse (1993b) observa que Foucault não define a relação entre práticas discursivas e não discursivas. Um contemporâneo de Foucault teria que esperar alguns anos até que ele finalmente falasse sobre o tema, e isso ocorreu no Brasil. Na série de palestras de *A verdade as formas jurídicas* Foucault propõe uma verdadeira ontologia política do saber, trabalhando com um conceito de saber completamente politizado, pensado em termos de relações de força e lutas entre os instintos. Do mesmo modo, ele se pergunta como podem surgir sujeitos, temas de pesquisa, a própria forma de pesquisa da verdade, de práticas sociais. E a resposta será outra.

A introdução de um conceito arqueológico de estratégia termina por fazer ruir o próprio edifício arqueológico. Ele leva o método ao seu extremo, posto que, com ele, Foucault é obrigado a dar um passo além da mera descrição de enunciados, e sem embrenhar nas relações sociais que pervadem o conhecimento. Na medida em que a ideia de estratégia aponta para a necessidade de pensar saber em relação ao desejo, extrapola-se o mero campo discursivo. Esse será o tema que Foucault abordará em *A ordem do discurso*, mostra como essa as práticas discursivas se embrenham com as não discursivas. Tal será toda a tônica da pesquisa de Foucault durante a década de 1970, onde ele, apoiado em uma nova concepção de estratégia, buscará analisar a formação do presente.

Claro que essa perspectiva de diagnosticar o hodierno já estava presente em textos arqueológicos. Mas a tendência ganha força durante seu período de docência. Foucault, por razões variadas — maio de 68, incongruências na fase arqueológica,

aproximação com Daniel Défert — orientará suas pesquisas para a política. O papel do conceito arqueológico de estratégia foi, somente ser um dos esteios dessa mudança, mudança essa que seguiremos o passo na próxima seção.

Terceira parte: A analítica das estratégias

3.1. Estratégia histórica e estratégia de comando

Em um texto de 1980, chamado *La poussière et la nuage*, Foucault (1994d, pp. 17-19) comenta sobre o que considera estratégia:

Imagina-se uma estratégia que não nasceria de muitas ideias formuladas ou propostas a partir de pontos de vista diferentes? Uma estratégia que não encontraria seu motivo em muitos resultados buscados conjuntamente, com diferentes obstáculos a ultrapassar e diferentes meios a combinar? Podemos imaginar uma estratégia (militar, diplomática, comercial) que não deva seu valor e suas chances de sucesso à integração de um certo número de interesses? Não deve ela, por princípio, acumular as vantagens e multiplicar os benefícios? (FOUCAULT, 1994d, p. 17)

Foucault nos brinda com uma concepção de estratégia entendida como possuindo múltiplas fontes e que deve se bater com obstáculos diferentes para sua consecução. Essa estratégia se desenvolve integrando interesses diferentes. Aqui encontramos vários temas por nós já elencados: a estratégia se desenvolve em um elemento de exterioridade à consciência. Se bem ela foi pensada, sua execução, sua concreção depende de elementos externos às volições de um ou outro sujeito particular. Ao contrário, em sua marcha, a estratégia integra diferentes interesses e vai se formando em um ambiente de enfrentamento.

Essa definição de estratégia dada acima condiz com o conceito que estamos chamando de estratégia histórica. Comparemos com a definição que Foucault dará, anos depois, e que já marcamos acima. Lá a estratégia aparece como uma racionalidade, como um meio para se atingir determinados fins; ou, ainda, como

elementos de um jogo onde o objetivo é a vitória e se deve privar o adversário dos meios de luta. Na definição dada acima (1980), o papel da consciência que define a estratégia é diminuído; será na luta que se desenhará a vitória ou derrota da estratégia. Já na definição de 1982 o papel do sujeito que pensa a estratégia é acrescido, visto que se trata, explicitamente, de conceber as situações estratégicas como jogos.

Fica claro que Foucault pensa essas estratégias conjuntamente ao poder político; as aparições do termo não deixam dúvidas: estratégia das relações humanas (FOUCAULT, 1994d, p. 283), estratégia do governo (FOUCAULT, 1994d, p. 339), estratégia de saúde (FOUCAULT, 1994d, p. 378), estratégia política (FOUCAULT, 1994d, p. 530), etc. Essa identificação entre estratégia e poder não é vã. Ele diz: “O poder é essencialmente uma relação de força, então, até certo ponto, uma relação de guerra e, por consequência, os esquemas que se deve utilizar [para compreendê-lo] não devem ser emprestados da psicologia ou da sociologia, mas da estratégia. E da arte da guerra” (FOUCAULT, 1994c, p. 87). Por essa razão, é nos livros de Foucault sobre o poder que encontraremos a maior aparição do termo estratégia e de seu análogo, tática. Por isso também somente quando Foucault se propõe a analisar o poder político é que o termo estratégia aparece com mais vigor. Conforme vimos, quando a reflexão foucaultiana estava restrita ao saber, o termo estratégia aparece somente para implodir esse construto teórico. Ele chega mesmo a anunciar, em uma entrevista, que seu próximo livro seria sobre as instituições militares (FOUCAULT, 1994c, p. 87). Vejamos mais de perto essa concepção metodológica guerreira.

Ao tratar da metodologia de *Vigiar e Punir*, Foucault afirma que não estudará o poder do lado da soberania, mas, sim do lado de seu exercício real, de sua operação e aplicação sobre os corpos, uma espécie de microfísica do poder. “Ora, o estudo dessa microfísica supõe que o poder que aí se exerce não seja concebido como uma propriedade, mas como estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma apropriação, mas às disposições, manobras, táticas, técnicas, a funcionamentos” (FOUCAULT, 1975, p. 31). Ou seja, Foucault lança mão de um vocabulário, de conceitos oriundos da estratégia para analisar o poder. Ele dedicou a esta questão

alguns cursos e dois livros. Analisemos, primeiramente, um curso onde Foucault se foca em sua relação com a guerra para, depois, ver essa aplicação em dois livros e em um curso.

O curso *Em defesa da sociedade* ocupa um papel especial no rol de cursos de Foucault já que se trata de um texto reflexivo do percurso percorrido até então. Pronunciado na mesma época do lançamento de dois livros, *Vigiar e Punir* e *A vontade de saber*, o tema do curso é duplo: de um lado, a questão do método e sua relação com o poder; de outro, o discurso bélico enquanto analisador das relações sociais. O texto abre com Foucault considerando a genealogia, seu método no momento, como fruto de quinze anos de um combate contra as teorias totalitárias e globais. A genealogia seria o marco de uma ofensiva em vários *fronts* contra os poderes estabelecidos; ela indica como essa tática, a de empreender enfrentamentos locais e dispersos, pode ser bem sucedida. Ele afirma que o que se passou foi uma insurreição dos saberes sujeitados contra as totalizações. Por saber sujeitado ele entende os conteúdos históricos deformados pelas sistematizações e também aqueles saberes desqualificados por sua falta de cientificidade, considerados como hierarquicamente inferiores. Esses saberes comporiam um saber histórico das lutas e seu acoplamento teria sido responsável pelo sucesso da crítica descontínua no período que Foucault ora considera.

Para Foucault, a questão que a genealogia levanta é a de saber se o poder político pode ser derivado da economia. Ele considera que tanto o liberalismo quanto o marxismo, as duas análises tradicionais do poder político no Ocidente, pecam por economismo do poder, quer dizer, por considerar que este pode ser descrito em termos econômicos, seja porque o liberalismo pensa o poder político tendo como forma o contrato (e o poder é assumido como algo que se cede, se dá, se troca, se aliena), seja à guisa marxista, que considera que o poder existe para reconduzir relações econômicas, no caso, uma dominação de classe, o que ele chama de “funcionalidade econômica” do poder.

A fim de se desfazer dessas teorias sobre o poder, Foucault propõe outros elementos de análise. Primeiro, considerar que o poder não é algo análogo à mercadoria, mas, sim, que ele é exercido e que somente existe em ato. Outra de suas afirmações é que o poder não existe para reconduzir uma dominação econômica, mas que ele é sobremaneira uma relação de força. Assim, não é em termos econômicos que ele deve ser analisado, mas, em termos belicosos. “E ainda as noções do que se chamava, no século XVIII e XIX ainda, arte da guerra (estratégia, tática, etc., podem elas constituir por si mesmas um instrumento válido e suficiente para analisar as relações de poder? (FOUCAULT, 2012a, p. 34). O poder seria uma continuação da guerra e, a paz civil, na verdade seria a recondução de relações desiguais expressas na guerra. Foucault segue o curso explicando como a guerra foi utilizada como princípio de inteligibilidade na História e na sociedade por diversos autores até desembocar nos historiadores franceses que criaram a noção de luta de classes, depois apropriada pelos socialistas.

Para analisar um poder político cujo princípio de funcionamento é o da guerra, a disciplina mais indicada somente pode ser a estratégia, com seus operadores teóricos: tática, dispositivo, relações de força, combate. É nesse marco que Foucault seguirá suas análises nos anos vindouros. No curso *Nascimento da biopolítica* ele trata de uma lógica da estratégia em contraste com a lógica dialética. Enquanto a lógica dialética tenta reconciliar o contraditório em um elemento de homogeneização, a lógica da estratégia se esforça por “estabelecer quais são as conexões possíveis entre termos disparatados e que restam disparatados. A lógica da estratégia, é a lógica da conexão do heterogêneo e não a lógica da homogeneização do contraditório” (FOUCAULT, 2004, p. 44).

Ou seja, se aplicada à análise das relações sociais isto implica primeiramente localizar um campo, por exemplo, a sexualidade. Sem pressupor que haveria uma *arché* de onde emanaria o poder, reduzindo assim as diferenças a um denominador comum, analisar como nesse campo se estabelecem relações de força. Essa análise é, ao mesmo tempo que histórica, sincrônica, estabelecendo as relações de poder em um

dado momento. Após se estabelecer um campo, ou uma série, para utilizar o vocabulário do próprio Foucault, pode-se buscar compará-la com outras séries, estabelecendo desta feita o quadro. As séries podem se multiplicar e dar origem a um quadro mais ou menos completo de uma sociedade dada. No interior de uma série, buscar as movimentações das relações de poder e das resistências, quer dizer, suas estratégias e táticas, bem como os dispositivos de poder formados. Um dispositivo é um aglomerado de instituições, leis, práticas e discursos que operam essas relações de força. Ao mesmo tempo que o dispositivo é fruto de estratégias, históricas ou de comando, ele também o iniciador de estratégias: estas passam por ele, mas não morrem nele. Em um contexto belicoso, pode-se afirmar que as estratégias em luta se alteram conforme novas forças vão se posicionando no campo de batalha social.

Dado este anteparo, passemos agora a analisar três séries onde Foucault põe em prática essa análise: a prisão, a sexualidade e o campo da medicalização da loucura.

3.2. As estratégias em ação

Em *Vigiar e Punir* nosso autor analisa a formação da delinquência nos séculos XVIII e XIX. Foucault nota um descompasso: os reformadores do Código Penal francês não propuseram a prisão como pena principal. Ao contrário, previam uma espécie de matemática da pena, onde esta seria modulada segundo o crime cometido. A prisão apareceria somente como outra das penas, não a principal. No entanto, foi ela que logrou se impor como pena fundamental. Por que? Foucault envereda na análise do panóptico de Bentham para tentar explicar isso, bem como nos efeitos sociais da prisão. O panóptico nada mais seria senão um edifício composto de células abertas ao exterior. No centro do prédio, uma torre de vigília garante visão contínua sobre o que se passa nas células, mas de modo a que nunca se saiba se se está sendo vigiado ou não. Como efeito, quem está nas células sente sobre si um poder constante e termina por agir como se estivesse sendo vigiado; o poder se entroniza no corpo, implicando mudança comportamental. Não se trata de um modelo exclusivo de prisões, mas de escolas, fábricas, quartéis. É uma tecnologia política destinada a melhorar a performance nessas instituições.

Quanto aos efeitos sociais, nota-se que a prisão produz sujeitos, os delinquentes, e que estes são úteis para a sociedade, especialmente em uma sociedade tão clivada de tensões como aquela francesa do século XIX. A delinquência apresenta um ganho político, já que fornece fura-greves e justifica a vigilância policial da sociedade e seu enquadramento por técnicas de controle. Ela também oferece ganhos econômicos, por exemplo com o tráfico de drogas ou a prostituição. O delinquente não consegue se reinserir na sociedade e, por isso, é obrigado a se valer desse gênero de expediente para se manter vivo. Além disso, o controle da delinquência oferece possibilidades de mitigar os ilegalismos populares, até então muito presentes naquela sociedade

Vemos, portanto, dois gêneros de estratégia em confronto. Primeiro, a estratégia de comando dos reformadores, que defendiam a prisão entre outras penas. De outro lado, a estratégia histórica do estabelecimento da prisão como pena central, pautado nos seus efeitos. A prisão e a formação da delinquência são dois lados da mesma moeda no tratamento dos desviantes criminais.

Quanto à sexualidade, a *Vontade de saber* foi pensada como um livro-programa, anunciando outros que deveriam segui-lo. No correr dos anos, Foucault reorientou a pesquisa e acabou por não entregar os tomos prometidos, nos fornecendo uma análise das origens da questão da sexualidade na Grécia, Roma e nos primórdios da cristandade.

N'A *vontade de saber* Foucault escreve contra aquilo que ele chama de *hipótese repressiva*: o sexo na sociedade ocidental seria reprimido para que as energias fossem concentradas no processo produtivo. Antes da era vitoriana e do consequente domínio do capitalismo, o sexo seria livre para se expressar; depois, duramente reprimido, seria sobretudo o mutismo a maior proibição a pesar sobre ele. Esta hipótese esquemática seria veiculada sobretudo pelo freudo-marxismo, hipótese esta que Foucault visa desancar.

Em suas pesquisas, Foucault notou que, ao contrário do afirmado pela psicanálise, nunca se falou tanto de sexo quanto na sociedade contemporânea, e isto a ponto de, no Ocidente, ter-se desenvolvido uma *scientia sexualis*, uma constante incitação a falar do sexo. As origens desse estímulo à fala vão longe, remetendo às pastorais cristãos da confissão, onde, após a Reforma e a Contrarreforma, se instalou um mecanismo que visava com que os crentes confessassem seus desejos mais obscuros, os menores movimentos do espírito. Ao invés de mutismo, há esse impulso para se falar do sexo. A psicanálise, nesse sentido, faria parte do mesmo dispositivo da sexualidade, visto que ela coloca a questão sexual no centro de suas preocupações. Não que não exista repressão sexual; mas, ao contrário do que se afirma, ela não é o elemento o mais primordial no dispositivo ocidental da sexualidade.

Dessa feita, Foucault segue com seu pensamento e propõe, em uma linha filobergsoniana, que as relações de poder não são um negativo, reprimindo a sociedade e pesando sobre ela. Ao contrário, as relações de poder são produtivas. O efeito central das relações de poder no que tange ao sexo seria a criação de sujeitos e da própria sexualidade. Um dos principais construtos do poder no que tange ao sexo seria o dispositivo da aliança, quer dizer, a definição de uma sexualidade normal, focada no casamento heterossexual. Por outro lado, há a criação das sexualidades dissidentes, como a mulher histórica, a criança onanista e o perverso. Foucault afirma que:

Na preocupação do sexo que se eleva durante o século XIX, quatro figuras se desenham como objetos privilegiados de saber, alvos e pontos de ancoragem para a empresa do saber: a mulher histórica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso, cada qual sendo o correlativo de uma dessas estratégias que, cada qual a sua maneira, atravessaram e utilizaram o sexo das crianças, das mulheres e dos homens (FOUCAULT, 1976, p. 139)

Essas figuras corresponderiam aos volumes a aparecer da *História da sexualidade*, volumes estes que, conforme vimos, não vieram a lume. Para Foucault, não se deve compreender que exista uma sexualidade natural que foi reprimida ou canalizada para as formas ensejadas pelo dispositivo da sexualidade. O que ocorre é que esta sexualidade é fruto dessas injunções do poder, fruto de uma estratégia histórica que foi se desenhando, terminando por desaguar nessas figuras.

O campo da sexualidade seria importante na medida em que ele conjuga dois tipos de poder: o poder disciplinar, oriundo de instituições panópticas, como a escola, e o biopoder, na medida em que, quando se fala em sexo, se está falando também de reprodução. É em *A vontade de saber* que Foucault introduz de forma livresca a questão da biopolítica, já abordada em entrevistas e cursos. A biopolítica seria o poder aplicado sobre as dinâmicas das populações, com suas taxas de natalidade, mortandade, índice de aparição de morbidades, etc.

Por fim, abordemos o campo da loucura. Será em dois cursos que Foucault se deterá sobre esse elemento da década de 1970, análises que se somam, complementam e expandem aquela da *História da loucura*. Complementam, na medida em que

Foucault avança nos anos: o título completo do livro é *História da loucura na Idade clássica*, enquanto que o curso *O poder psiquiátrico* e *Os anormais* cobrem os séculos XIX e XX. Expandem já que, enquanto na *História da loucura* a questão do poder é obliterada pela suposição de uma loucura originária, reprimida pelas injunções do poder político, em *O poder psiquiátrico*, a loucura aparece de forma a ser mais criada pelas instituições de medicina mental. Ou seja, nesse curso, Foucault abandona suas concepções criptofenomenológicas em benefício de um historicismo radical.

No começo do século XIX a loucura vai deixar de ser considerada erro, como era até então. O louco vai aparecer como alguém dotado de uma certa força, e a tipologia desta força vai determinar o tipo de loucura que o aflige. O médico é encarado como alguém votado a dominar a força da loucura por meio de uma série de instrumentos, manobras e dispositivos, o principal deles o próprio asilo. Foucault lança mão de um vocabulário bélico para entender a relação entre médicos e loucos:

Vocês têm portanto esse sistema de poder que funciona no interior do asilo e que distorce o sistema regulamentar geral, sistema de poder que é assegurado por uma multiplicidade, por uma dispersão, por um sistema de diferenças e de hierarquias e, mais precisamente, pelo que poderíamos chamar de uma disposição tática na qual os diferentes indivíduos ocupam um lugar determinado e cumprem certo número de funções precisas. Vocês têm aí, portanto, um funcionamento tático do poder ou, melhor dizendo, é essa disposição tática que permite que o poder se exerça (FOUCAULT, 2006, p. 9)

A principal tática do poder é a disciplina que se impõe dentro do asilo. A disciplina deve ser entendida de maneira diferente do seu uso comum. Não se trata de um modo de comportar-se visando um fim, mas, sim, de um enquadramento pensado para domar os corpos e produzir sujeitos de determinado tipo.

A disciplina é uma tática, isto é, certa maneira de distribuir as singularidades, mas de acordo com um esquema que não é classificatório, distribuí-las espacialmente, possibilitar acumulações temporais que possam ter efetivamente, no nível da atividade produtora, eficácia máxima (FOUCAULT, 2006, pp. 90-91)

Ou seja, a disciplina funciona como aparato de guerra, como tática paracerto fim no interior de um aparelho de poder. Se há tática, há estratégia. Qual seria esta? Sem dúvida, a estratégia histórica de formação de um proletariado submisso e produtivo em um contexto de muitas agitações sociais. “Em outras palavras, creio que o poder psiquiátrico como tática de sujeição dos corpos numa certa física do poder, como poder de intensificação da realidade, como constituição dos indivíduos ao mesmo tempo receptores e portadores de realidade, se disseminou.” (FOUCAULT, 2006, p. 236)

3.3. Conclusões

Vimos como Foucault opera com dois outros conceitos de estratégia além daquele arqueológico. Em 1980 ele define a estratégia como se formando de um conglomerado de posições opostas, por vezes contraditórias que tomam corpo no próprio enfrentamento com estratégias opostas. Já em 1982 ele a define nos marcos de um jogo, pautado pela consciência que delimita o caminho da ação e visa desprover o adversário dos meios de agir. Nesse último sentido, de estratégia de comando, Foucault trabalhará em seus dois últimos livros, lançados em 1984, ano de sua morte. É para ele que nos viramos agora.

Quarta parte: Uma estratégia foucaultiana?

4.1 Estratégia de comando e estratégia de si mesmo

No segundo volume da *História da sexualidade, o uso dos prazeres*, Foucault introduz a problemática da *aphrodisia* e da *enkrateia*. Não havia uma definição clara daquilo que os gregos entendiam por *aphrodisia*. São as coisas de Afrodite, mas que não se igualam ao desejo ou a carne. Aristóteles define como aquilo que deve ser moderado para impedir um desregramento do sujeito. São atos que buscam o prazer. A *enkrateia* é o domínio de si mesmo que permite a *sophrosyne*. Ela é um exercício, entendido como um combate contra o desejo. Como exercício, exige repetição e treino constante. A *chresis* diz respeito ao uso da *aphrodisia*. Ela implica uma reflexão sobre o momento e o local adequado para tanto. "Pode-se reconhecer na reflexão do uso dos prazeres a preocupação de uma estratégia tripla: a da necessidade, a do momento e a do estatuto" (FOUCAULT, 2013a., p. 41).

O cidadão deveria regular os *aphrodisia* através de uma *chresis* que visasse a *enkrateia*, o domínio de si. Essa relação, própria do homem, se dava em três níveis: a *dietética*, em relação a saúde do que buscava o prazer, *econômica*, tendo em vista o cuidado com a unidade de produção (o *oikos*) e a *erótica*, que visava o jovem mancebo.

Tal relação é percebida como uma de luta, no sentido da constituição de uma estética de si. Os *aphrodisia* nos tentam e podemos facilmente ser acometidos por um excesso na sua *chresis*. Para um grego, a virtude máxima é a moderação, um tema que perpassa tanto Aristóteles, como outros autores, até mesmo não filosóficos. Abusar dos prazeres seria se afastar da justa medida e, portanto, condenável. Para atingir a

sophrosyne, a temperança, é necessário saber regular esse uso dos prazeres. Esse domínio é a *enkrateia*, o auto controle ou, como o nome indica, o poder sobre si mesmo.

A liberdade pressupõe não ser passivo em relação aos prazeres. Isto era a vergonha do grego, não o fato de penetrar ou ser penetrado. Para ser livre, tanto o cidadão quanto a cidade, é necessário que os impulsos, a inclinação ao abuso dos prazeres, seja contida.

A relação á verdade é uma condição estrutural, instrumental e ontológica da instauração do indivíduo como sujeito temperante e condutor de uma vida de temperança; não é condição epistemológica para que o indivíduo se reconheça em sua singularidade de sujeito desejante et para que ele possa se purificar do desejo assim posto à luz do dia (FOUCAULT, 2013a., p. 68)

Esses pressupostos se abrem à uma estética da existência. Por esta deve-se entender o encetamento da vida segundo princípios formais gerais no uso dos prazeres, (...) "na distribuição que se faz deles, nos limites que observamos, na hierarquia que se respeita" (FOUCAULT, 2013a, p. 69).

A dietética é uma “arte estratégica” (FOUCAULT, 2013a., p. 79), visto que ele opera com as circunstâncias, nos habilitando a responder a ela de maneira racional:

Em soma, a prática do regime como arte de viver é bem outra coisa que um conjunto de precauções destinadas a evitar as doenças ou conseguir lhes curar. É toda uma maneira de se constituir como sujeito que tem, de seu corpo, uma preocupação justa, necessária e suficiente. Preocupação que atravessa a vida cotidiana; que faz das atividades maiores ou corrente da existência uma questão ao mesmo tempo de saúde e de moral; que define entre o corpo e os elementos uma estratégia circunstancial; e que visa, enfim, a armar o indivíduo ele mesmo de uma conduta racional (FOUCAULT, 2013a., p. 81)

Foucault analisa alguns tratados médicos onde se propõe uma dietética. Nessa, há uma relação entre as estações do ano (e o jogo de calor, frio, humidade, seca) e sua influência sobre a saúde e o gozo dos prazeres. Nesse contexto, ocorrem as aparições

do termo estratégia. Segundo esses textos médicos, não se trata de proibir ou banir o ato sexual, mas de modulá-lo segundo as estações do ano e as variações que foram apontadas acima, posto que, se identifica, por exemplo, a mulher com o húmido, de modo que não é conveniente o sexo na estação úmida do ano.

O ato sexual com fins reprodutivos também deve guardar certas prescrições. Durante a vida de casado, deve-se evitar as más ações, posto que elas se imprimem no rebento. Do mesmo modo, é mister que se observe a relação entre as circunstâncias externas e a procriação, posto que há estações, como ademais uma idade, propícia à geração. O regime dos *aphrodisia* é considerado um exercício de saúde, que Foucault analisa em distintos autores:

O ato sexual não inquieta porque ele releva o mal mas porque ele atrapalha e ameaça a relação do indivíduo com ele mesmo e sua constituição como sujeito moral: ele traz consigo, se ele não mensurado e distribuído como é preciso, o desencadeamento de forças involuntárias, o enfraquecimento da energia e a morte sem descendência honrável (FOUCAULT, 2013a, p. 103)

Se no cristianismo e na China as preocupações eram similares, os resultados são diferentes. No cristianismo o tipo de preocupações que já atormentavam os gregos dará lugar a uma codificação estrita do ato sexual. Na China, à uma arte erótica. Entre os gregos, contudo, se constituiu uma técnica de vida, uma arte de si

A moral marital dos gregos não pode ser cristianizada. Ao esposo, era lícito procurar prazer fora do matrimônio, mas ele demonstraria um melhor poder sobre sua esposa, que está sob sua guarda, se se restringisse aos prazeres nupciais. Já a esposa, submetida ao jugo do marido, deve se resguardar de qualquer contato sexual que não seja com seu parceiro legítimo. Comentando as questões da relação entre vida marital e prazer, Foucault diz o seguinte: "(...) "que a relação entre os esposos não tinha para os gregos da época clássica nenhuma função além do solitário cálculo que aliava duas famílias, duas estratégias, duas fortunas e que não tinha outro objetivo que produzir uma descendência (FOUCAULT, 2013a, p. 112). Para Foucault, isto seria um

equivoco, visto que era um ato de constituição de si, pensada enquanto estratégia, enquanto *enkrateia*.

Foucault analisa autores que tratam das relações no casamento. As referências às relações sexuais em seu intercuro são escassas, contrariamente ao que se verá no cristianismo. De modo geral os autores analisados (Platão, Pseudo-Aristóteles e Isocrates) vão se notabilizar por defenderem a fidelidade conjugal. Mas é do lado do marido, chamado a se dominar, a reinar sobre seus instintos, que recaem as pressões. A esposa sabe seu papel e não deve ultrapassá-lo. Já o marido está exposto aos perigos da vida fora do casamento; deve evitar, sobretudo, a desonra do concubinato para a esposa, e de filhos bastardos.

Na erótica, isto é, na relação com os rapazes, o termo estratégia se faz presente. A prática do cortejo dos rapazes era altamente codificada, envolvendo uma serie de rituais a serem seguidos. Essas práticas de cortejo

(...) definem um conjunto de condutas convenientes, fazendo assim dessa relação um domínio culturalmente e moralmente sobrecarregado: práticas (...) definem o comportamento mútuo e as estratégias respectivas que os dois parceiros devem observar para dar às suas relações uma forma bela e moralmente válida (FOUCAULT, 2013a, p. 148)

A relação com o mancebo é uma relação de “estratégia delicada” (FOUCAULT, 2013a, p. 150) visto que se trata de um futuro cidadão e, enquanto tal, livre. Ele é livre para aceitar ou recusar os favores que tanto o erastes quer lhe dar como obter. Trata-se de um jogo onde se pode perder tudo. Não importa nem mesmo se se é tirano de uma *polis*: a palavra do mancebo é mais forte.

O amor pelos rapazes foi muito debatido por múltiplos pensadores. Havia uma codificação intensa. Em geral, se a questão oscilava entre a legitimidade do amor pederasta e o fato do rapaz que era cortejado ser um cidadão em potencial, quer dizer, ele deveria medir o que ceder para o erastes.

No final do livro, Foucault nos dá a chave para compreender o porquê o uso abundante de um vocabulário bélico na analítica de uma relação de si consigo mesmo, de uma estratégia de si mesmo em sua constituição enquanto sujeito:

A reflexão sobre o comportamento sexual como domínio moral não foi entre eles [os gregos] uma maneira de interiorizar, de justificar ou de fundar em princípio de interditos gerais impostos a todos; ela foi antes uma maneira de elaborar para a menor parte da população constituída por adultos machos e livres uma estética da existência, uma arte refletida de uma liberdade percebida como jogo de poder (FOUCAULT, 2013a, p. 189)

Ou seja, a grade analítica envolve a estratégia porque se percebia a forma como o cidadão se portava na cidade como um jogo de poder.

4.2. Conclusões

Vimos que ainda para abordar a ética antiga Foucault se vale de um vocabulário bélico. Isto se deve ao fato da estética da existência antiga girar em torno das noções de *aphrodisia* e *enkrateia*. O excesso na fruição da *aphrodisia* pode desencadear que o cidadão não gere uma vida digna de ser vivida. Para tanto, é mister o autocontrole na *chresis* dos *aphrodisia*, o que é pensado em termos de estratégia. Podemos utilizar o termo *estratégia de si mesmo*, variante da estratégia de comando, para tipificar o que Foucault afirma ser próprio da ética grega clássica.

Nos outros volumes da *História da sexualidade* há menos ocorrências do termo estratégia. Em *O cuidado de si* o termo ainda aparece, sempre relacionado á problemática já exposta no segundo volume. Já no quarto volume, Foucault, ao analisar Agostinho, trabalha mais com um modelo jurídico do desejo, segundo ele, o utilizado pelo pensador patrístico.

Com a estética da existência e a estratégia de si mesmo chegamos a proposta ética de Foucault. Pensar a vida como se fosse uma obra de arte, com se estivéssemos produzindo algo belo, que deveria ser analisado posteriormente e gerar prazer. Foucault sai da mera analítica das estratégias para chegar, por vias tortuosas que sejam, á proposição de uma estratégia de si mesmo: a estética da existência.

Considerações Finais

Começamos o trabalho ao fornecer indicações gerais sobre como interpretar Foucault, mostrando seu percurso e indicando distintas leituras de conjunto de sua obra. Posteriormente, mostramos como a introdução do conceito de estratégia implode a arqueologia e força Foucault a incorporar um novo método. Nesse método, Foucault se dedica a analisar as estratégias históricas e de comando que concorreram para a formação do presente. Por fim, nos anos finais de sua vida, Foucault passa a trabalhar com temas de ética antiga e propõe uma ética entendida enquanto estratégia de si mesmo.

Três movimentos, portanto: falência da arqueologia pela estratégia, analítica das estratégias e proposição da estratégia. Pensamos que essa é a melhor maneira de dividir a obra de Foucault. Claro, podemos pensar ainda em outras fases, como faz Revel (2003). Segundo ela a periodização da obra de Foucault é problemática. Ela deve levar em conta três questões: conceitos, métodos e campos. Pode-se pensar que o percurso de Foucault (não obra ou posições filosóficas, como notam Dreyfus e Rabinow) comporta um período pré-61, onde ele ainda está influenciado pela fenomenologia; um período entre 61 e 70, ou seja, um período arqueológico; o período genealógico, até o fim da década de 70 e um período ético, dos estertores da década de 70 até sua morte. Na passagem do segundo para o terceiro período, podemos assinalar dois marcos: a publicação de *A ordem do discurso*; e a militância de Foucault junto GIP. Já a passagem do terceiro ao quarto período possui como eventos marcantes os acontecimentos na Itália, sacudida pelas lutas operárias de esquerda, muitas das quais influenciadas pelo modelo do GIP; e o Irã. Foucault seguia de perto esses processos porque queria averiguar, dado que analisava o poder, os modos de funcionamento do contrapoder, e as questões políticas envolvidas.

Assim, finalmente podemos propor uma solução para a questão levantada no princípio sobre como dividir a obra de Foucault.

A questão da estratégia é importante para o pensador francês e foi, por vezes, marginalizada. Com nosso trabalho, esperamos conseguir que seja encarada com o rigor que exige e que, nos próximos dicionários do pensamento de Foucault, ela esteja mais bem situada e receba um tratamento melhor.

Foucault, além de analista de estratégias, foi ele mesmo um estrategista, conforme vimos. Que sua estratégia possa ser debatida com maior clareza é o que esperamos ao finalizar o presente trabalho.

Bibliografia

1. ALELUIA, J. R. S. de. **A invenção do filósofo ilustrado: notas arqueológicas sobre o ensino da filosofia no Brasil**. SP: EDUNESP/Cultura Acadêmica, 2014
2. BEAUFRE, A. **Introdução à estratégia**. RJ: BIBLIEX, 1998
3. BIDET, J. **Foucault avec Marx**. Paris: La Fabrique, 2014
4. BLANCHOT, M. **Foucault tel que je l'imagine**. Éditions Fata Morgana, 1986
5. BRUNI, J. C. O silêncio dos sujeitos in SCAVONE, L. ALVAREZ, M. C. MISKOLCI, R. **O legado de Foucault**. São Paulo: EDUNESP, 2006, 300 p.
6. BURKE, P. **A escola dos Annales (1929-1989)**, SP: EDUNESP, 1997.
7. CASTRO, E. **Introdução a Foucault**. Tradução de Beatriz de Almeida Magalhães. BH: Autêntica, 2014
8. _____. **El Vocabulario de Michel Foucault**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004
9. CHALIAND, G. **Anthologie Mondiale de la stratégie**. Paris: Robert Lafont, 2009
10. CHANTRAINE, P. **Dictionnaire étymologique de la langue grecque: Histoire des mots**. Paris: Klincksieck, 1968
11. CLAUSEWITZ, C. von. **Da guerra**, SP: Martins Fontes, 1996, 2ª edição
12. COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2ª edição. SP: Expressão Popular, 2010
13. DARDOT, P. LAVAL, C. **Commun. Essai sur la révolution au XXIe siècle**. Paris: La Découverte, 2014
14. _____. **La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale**. Paris: La Découverte, 2009
15. DELEUZE, G. **Foucault**, Paris: Minuit, 2004
16. DELEUZE, G. GUATTARI, F. **O que é filosofia?** RJ: 34, 1997, 2ª ed.

17. DELEUZE, G. PARNET, C. **Dialogues**. Paris: Flammarion, 1996
18. DÍAZ, Esther. **La filosofía de Michel Foucault**. Buenos Aires: Biblos, 1995
19. DOMINGUES, I. **O continente e a ilha: duas vias da filosofia contemporânea**. SP: Loyola, 2017
20. DOSSE, F. **História do estruturalismo volume I: o campo do signo 1945-1966**. Tradução Álvaro Cabral. Campinas: EDUNICAMP/Ensaio, 1993a
21. _____. **História do Estruturalismo II: o canto do cisne, de 1967 a nossos dias**. Tradução Álvaro Cabral. Campinas: EDUNICAMP/Ensaio, 1993 b
22. DREYFUS, H. L. RABINOW, P. **Michel Foucault: Beyond Structuralism and hermeneutics**. Chicago: University of Chicago Press, 1982
23. ECEME. **Introdução à estratégia**, s/l: 2011, disponível em [.http://www.eceme.eb.mil.br/images/cpeceme/publicacoes/Introd_Estrat11.pdf](http://www.eceme.eb.mil.br/images/cpeceme/publicacoes/Introd_Estrat11.pdf) acessado dia 17/10/2019
24. ERIBON, D. **Michel Foucault 1926-1984**. Tradução Hildegard Feist. SP: Cia das Letras, 1990
25. _____. **Michel Foucault y suas contemporâneos**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1995
26. FOUCAULT, M. **L'archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1996a
27. _____. **Dits et écrits 1954-1988: I 1954-1969**. Paris: Gallimard, 1994a
28. _____. **Dits et écrits 1954-1988: II 1970-1975**. Paris: Gallimard, 1994b
29. _____. **Dits et écrits 1954-1988: I 1976-1979**. Paris: Gallimard, 1994c
30. _____. **Dits et écrits 1954-1988: I 1980-1988**. Paris: Gallimard, 1994d
31. _____. **Histoire de la folie á l'âge classique**. Paris: Gallimard, 1972
32. _____. **Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir**. Paris: Gallimard, 1976

33. _____. **Histoire de la sexualité II: L'usage des plaisirs**. Paris: Gallimard, 2013
34. _____. **Histoire de la sexualité III: Le souci de soi**. Paris: Gallimard, 2013
35. _____. **Histoire de la sexualité IV: Les aveux de la chair**. Paris: Gallimard, 2018
36. _____. **Il faut défendre la société (1975-1976)**. Le Foucault électronique, 2012a
37. _____. **Les anormaux (1974-1975)**. Edição digital, 2012b
38. _____. **Les mots et les choses**. Paris: Gallimard, 1966
39. _____. **Maladie mentale et personnalité**. Paris: Presses Universitaires de France, 1954
40. _____. **Microfísica do poder**. RJ: Graal, 2007, 24^a ed.
41. _____. **Naissance de la biopolitique**. Paris: Gallimard/Seuil, 2004
42. _____. **O poder psiquiátrico (1973-1974)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006
43. _____. **Raymond Roussel**. Paris: Gallimard, 1996b
44. _____. **Surveiller et Punir**. Paris: Gallimard, 1975
45. _____. The subject and power. In DREYFUS, H. RABINOW, P. **Michel Foucault: Beyond Structuralism and hermeneutics**, Chicago: University of Chicago Press, 1982
46. GROS, F. **Foucault, penseur de la violence?** Cités, No 50, Extrêmes violences (2012), pp 75-86, Paris: PUF
47. _____ **Michel Foucault**. Paris: PUF, 2010, 4a edição
48. GURVITCH, G. **Proudhon e Marx II: uma confrontação**. Lisboa: Presença, s/d.
49. GUTTING, G. **French philosophy in the Twentieth Century**. London: Cambridge University Press, 2001
50. _____. **Foucault: a very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2005

51. HABERMAS, J. **Der philosophische Diskurs der Moderne**. Frankfurt: Surkhamp, 1985
52. HAN, B-L. **La sociedad del cansancio**. Barcelona: Herder, 2012
53. _____. **O que é poder?** Tradução de Gabriel Salvi Philipson - Petrópolis, RJ: Vozes, 2019
54. _____. **Psicopolítica**. Neoliberalismo y nuevas técnicas de poder. Barcelona: Herder, 2014
55. HARDT, M. NEGRI, A. **Empire**. Cambridge, Massachusets: Harvard University Press, 2000
56. _____. **Multitude: war and democracy in the age of Empire**. New York: Peguin Press, 2004
57. LYOTARD, J.F. **La Condition Postmoderne: Rapport Sur Le Savoir**. Paris: Minuit, 1979
58. LUKÁCS, G. **El asalto a la razón**. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.
59. KONDER, L. **Intelectuais brasileiros e marxismo**. BH: Oficina de livros, 1991
60. LIDDELL HART, B.H. **As grandes guerras da história**. SP: IBRASA, 2005, 6ª edição
61. _____. **Strategy**. New York: Meridian Book, 1991, 2ª edição
62. MACHADO, R. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. RJ: Graal, 1988, 2ª ed.
63. _____. Por uma genealogia do poder in FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. RJ: Graal, 2007, 24ª ed.
64. MBEMBE, A. **Critique de la raison nègre**, Paris: La Découverte, 2013
65. MARTINS, R.F.R.C. **Acerca do conceito de estratégia**. Nação e defesa, Ano IX, no 29, Janeiro Março de 1984 (1995), Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1995, pp. 97-125

66. MEIRA MATTOS, C. **Estratégias militares dominantes**. RJ: BIBLIEX, 1986
67. MERQUIOR, J.G. **Foucault**. London: Fontana Paperbacks, 1985
68. NALLI, Marcos. Foucault: um fenomenólogo malgré lui?.in SCAVONE, L. ALVAREZ, M. C. MISKOLCI, R. **O legado de Foucault**. São Paulo: EDUNESP, 2006, 300 p.
69. ONFRAY, M. **Política del rebelde: Tratado de resistencia e insumisión**. Traducción Marco Aurélio Galmarini. Barcelona: Anagrama, 2011
70. PARET, P. et ali; **Makers of modern strategy: from Machiavelli to the Nuclear age**. Princeton: Princeton University Press, 1986
71. REVEL, J. **Le vocabulaire Foucault**. Paris: Ellipse, 2002
72. _____. **Michel Foucault, un'ontologia dell'attualità**. Dottorato di Ricerca in "Scienza, Tecnologia e Società". Rubbettino Editore, 2003
73. RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** BH: Letramento: Justificando, 2017
74. ROUDINESCO, E. **Filósofos na tormenta – Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida**. RJ: Zahar, 2007
75. SARUP, M. **An Introductory Guide to Post Structuralism and Postmodernism**. London: Harvester Wheatsheaf, 1993
76. SCAVONE, L. ALVAREZ, M. C. MISKOLCI, R. **O legado de Foucault**. São Paulo: EDUNESP, 2006, 300 p.
77. STÁLIN, J. **O materialismo dialético e o materialismo histórico**. São Paulo: Global, 1978
78. SUN TZU. **A arte da guerra**. Tradução Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: LP&M, 2008
79. VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação**. BH: Autêntica, 2a edição, 2007
80. VEYNE, P. **Foucault, seu pensamento, sua pessoa**. Lisboa: Texto e Grafia, 2009